FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

LEONARDO FANTONI GUADRA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO: DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA TOLERÂNCIA E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

VITÓRIA-ES
2023

LEONARDO FANTONI GUADRA

EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO: DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA TOLERÂNCIA E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Orientador: José Adriano Filho

VITÓRIA-ES

2023

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Guadra, Leonardo Fantoni
Educação Física e Ensino Religioso / Diálogo necessário para tolerância e respeito às diferenças / Leonardo Fantoni Guadra
. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
vi, 76 f. ; 31 cm.
Orientador: José Adriano Filho
Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2023.
Referências bibliográficas: f. 71-76
1. Ciência da religião. 2. Ensino religioso escolar. 3. Ensino religioso. 4. Componente curricular. 5. Base Nacional Comum Curricular. 6. Ensino religioso e BNCC. 7. Tolerância religiosa. 8. Transdisciplinaridade. - Tese. I. Leonardo Fantoni Guadra. II. Faculdade Unida de Vitória, 2023. III. Título.

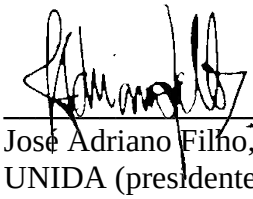
Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

LEONARDO FANTONI GUADRA

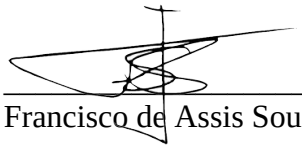
EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO:
DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA TOLERÂNCIA E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Dissertação de Mestrado Profissional como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória. Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões. Área de Concentração: Religião e Sociedade. Linha de Atuação: Ensino Religioso Escolar.

Data: 23 ago. 2023.



Jose Adriano Filho, Doutor em Teoria e História Literária, Doutor em Ciências da Religião, UNIDA (presidente).



Francisco de Assis Souza dos Santos, Doutor em Teologia, UNIDA.

Fabiana de Souza Costa, Doutora em Educação, UFSB.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo geral do estudo de identificar de que forma a Educação Física pode interagir com o Ensino Religioso, sob a ótica da transdisciplinaridade, para auxiliar na formação de uma cultura de paz nas escolas e na sociedade, baseada na tolerância e no respeito às diferenças. Como objetivos específicos, tem-se: identificar a previsão legal dos componentes curriculares de Educação Física e de Ensino Religioso verificando como os componentes curriculares de Educação Física e de Ensino Religioso podem auxiliar no combate à intolerância religiosa; explorar as conexões entre o Ensino Religioso e a Educação Física sob a ótica da transdisciplinaridade. Como metodologia, o presente estudo utilizou da pesquisa bibliográfica, que envolve a busca, seleção, análise e interpretação de informações e conhecimentos já disponíveis em fontes bibliográficas, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, relatórios técnicos, entre outros. Como referencial teórico, foram usadas as ideias de Ivan Corrêa, Francisco Caparroz, Valter Bracht, Paulo Carlan, Denize Sepulveda e José Antonio Sepulveda, Selson Garutti, Bruno Miragem e Patrício Araújo. Concluiu-se que a interdisciplinaridade entre Educação Física e Ensino Religioso pode desempenhar um papel importante na promoção do respeito às diferenças, tanto físicas quanto religiosas. Essa abordagem integrada permite explorar a relação entre o corpo, a cultura e as crenças religiosas, promovendo uma compreensão mais ampla da diversidade humana.

Palavras-chave: Ensino Religioso. História. Base Nacional Comum Curricular. Tolerância religiosa. Transdisciplinaridade.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

ABSTRACT

This work has the general objective of studying how Physical Education can interact with Religious Education, from the perspective of transdisciplinarity, to assist in the formation of a culture of peace in schools and society, based on tolerance and respect. the differences. The specific objectives include: identifying the legal provisions of the curricular components of History and Religious Education; verify how History and Religious Education curricular components can help combat religious intolerance; explore the connections between Religious Education and Physical Education from the perspective of transdisciplinarity. As a methodology, the present study used bibliographic research, which involves the search, selection, analysis and interpretation of information and knowledge already available in bibliographic sources, such as books, academic articles, theses, dissertations, technical reports, among others. As a theoretical reference, the ideas of Ivan Corrêa, Francisco Caparroz, Valter Bracht, Paulo Carlan, Denize Sepulveda and José Antonio Sepulveda, Selson Garutti, Bruno Miragem and Patrício Araújo were used. It was concluded that the interdisciplinarity between Physical Education and Religious Education can play an important role in promoting respect for differences, both physical and religious. This integrated approach allows you to explore the relationship between the body, culture and religious beliefs, promoting a broader understanding of human diversity.

Keywords: Religious Education. History. Common National Curriculum Base. Religious tolerance. Transdisciplinarity.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....07
1 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO 11
1.1 A origem e a evolução da Educação Física 11
1.2 A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular 25
2 O COMPONENTE CURRICULAR DE ENSINO RELIGOSO 31
2.1 O Ensino Religioso após a Constituição Federal de 1988 31
2.2 O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular 41
3 EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO: DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA TOLERÂNCIA E RESPEITO AS DIFERENÇAS.....51
3.1 Intolerância religiosa nas escolas 51
3.2 Interdisciplinaridade entre ER e EF no combate à intolerância e na promoção ao respeito às diferenças.....56
CONCLUSÃO.....68
REFERÊNCIAS 71
ANEXOS 77

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por uma significativa diversidade cultural e religiosa, a qual se expressa na multiplicidade de crenças, movimentos e expressões de cunho religioso e sob a forma de distintas concepções e convicções seculares de vida e de mundo. Essa diversidade cultural e religiosa manifesta-se em todos os espaços socioculturais, incluindo os territórios educativos, por meio de uma rica variedade de sentidos, significados, princípios, valores e outros referenciais simbólicos utilizados pelos sujeitos para lidar com os acontecimentos da vida cotidiana.[1]

Considerando a pluralidade como característica inerente da sociedade, muitos vem sendo os esforços para assegurar o respeito, a tolerância, a igualdade de direitos e a convivência harmônica dos indivíduos. No âmbito da religião, a tolerância religiosa é alvo de intensos debates e estudos, uma vez que se vive um cenário marcado pela violência, pelo preconceito e pela inadmissibilidade das crenças e credos alheios. A pluralidade religiosa e diversidade de cosmovisões são manifestadas no cotidiano das instituições escolares, muitas vezes gerando formas de discriminação, preconceito e violência pelo desconhecimento das diversidades.[2]

Nesse sentido, a liberdade religiosa é um direito humano, consubstanciada em um princípio que permite com que o indivíduo tenha uma vida digna e vivencie maneira plena a sua condição. Desta feita, é vedado qualquer tipo de distinção com base na religião, sob pena de violação dos direitos humanos. Nesse sentido, o Ensino Religioso apresenta-se como disciplina escolar fundamental, uma vez que, diante de uma sociedade plural e laica, o ER é capaz de funcionar como um espaço de aprendizagem e compartilhamento de experiências pedagógicas, de trocas e intercâmbios permanentes, de convivência harmônica da diversidade, de acolhimento das identidades, sejam elas culturais, espirituais, religiosas ou não religiosas.[3]

Dessa maneira, os professores da disciplina de Ensino Religioso devem ministrar as aulas considerando que todas as religiões devem ter as mesmas oportunidades de estudo, em respeito à diversidade cultural religiosa, expressamente garantida em documentos internacionais e na Constituição Federal de 1988. Isso porque a laicidade do Estado Brasileiro

---

[1] SIMONI, Josiane Crusaro; CECCHETTI, Elcio. Formação de docentes para o Ensino Religioso: Desafios e perspectivas. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *Ensino Religoso*: Desafios e perspectivas. Florianópolis: FOGO/AMAR, 2021. p. 123.

[2] AFFONSO, Luciane Marina Zimerman; CANFIELD, Ráisa Lammel; MÖBS, Adriane da Silva Machado; SANTOS, Valter Borges dos; SILVA, Itala Daniela da. *Políticas Educacionais e Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021. p. 33.

[3] BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Ensino Religioso: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso na prática*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021. p. 22.

no âmbito do componente curricular ER implica considerar que esta expressão não designa, necessariamente, desconsiderar a existência das práticas religiosas ou sua inexistência na sociedade. Pelo contrário, sinaliza que é necessário articular o trabalho de modo abrangente, contemplando as diversas experiências vivenciadas pela humanidade, especialmente, partindo das experiências dos próprios estudantes quer sejam religiosas, ou não. Tais experiências práticas devem ser trabalhadas no cotidiano escolar propiciando uma convivência harmoniosa, em qualquer situação.[4]

Uma vez que a educação vem buscando cada vez mais do conhecimento interdisciplinar, com base nisto, propomos o tema "Interdisciplinaridade do Ensino Religioso na Educação Física: Desafio da intolerância através do corpo" tendo como finalidade estudar de que forma a Educação Física pode interagir com o Ensino Religioso na busca do desenvolvimento físico e espiritual do aluno, como ajuda à formação de seus valores e atitudes partindo deste princípio, esta pesquisa tem por finalidade estudar de que forma o Ensino Religioso e a Educação Física podem interagir na busca do desenvolvimento não apenas físico mas, social, cultural e espiritual do aluno.

A BNCC reconhece, nesse sentido, que o ER é capaz de promover a construção de uma sociedade solidária, baseada na alteridade, por meio do conhecimento da diversidade religiosa e cultural, buscando o compartilhamento de ideias, vivências, opiniões. Para tanto, o ensino não pode se basear em qualquer privilégio de uma religião em detrimento de outra, devendo trabalhar com a ideia de igualdade/isonomia.

Assim, a disciplina de ER, quando baseada nos saberes históricos, geográficos, sociais e filosóficos, pode proporcionar aos discentes uma compreensão adequada do mundo à sua volta. Contudo, isso tudo só faz sentido se os direitos humanos básicos não forem transgredidos, o que implica respeitar a coexistência humana, a vida dos outros, as suas opiniões e os seus pontos de vista[5]. Nesse sentido, o Ensino Religioso pode ser trabalhado de maneira interdisciplinar com outras áreas do saber, como a Educação Física.

Dado este contexto, surgiu a ideia da pesquisa, com o objetivo de aprofundar os estudos, focando no papel da Educação Física no contexto religioso. O objetivo geral do estudo é identificar de que forma a Educação Física pode interagir com o Ensino Religioso, sob a ótica

[4] ARAUJO, Maria Dalva de Oliveira. Laicidade e Ensino Religioso: desafio aos docentes e à formação humana. In: MARANHÃO, F. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021. p. 138.
[5] AFFONSO *et al*., 2021, p. 49.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

da transdisciplinaridade, para auxiliar na formação de uma cultura de paz nas escolas e na sociedade, baseada na tolerância e no respeito às diferenças.

Isso porque a escola tem o compromisso de contribuir de forma significativa para a formação do cidadão, com as possibilidades de transformação social, com a propagação de valores morais, etc., porém, tais premissas somente poderão ser alcançadas se tratadas na forma de conhecimentos escolares sistematizados pelos diversos componentes curriculares que compõem o currículo escolar.[6]

Nesta correlação de interdisciplinaridade entre Educação Física e o Ensino Religioso, serão considerados os parâmetros curriculares do ensino da Educação Física e do Ensino Religioso, bem como a análise do "Corpo" através das religiões e história e na concepção da Educação Física.

Enfim, é possível através da interdisciplinaridade trabalhar um currículo sobre religião na disciplina Educação Física – Educação do Corpo nas Escolas Públicas e, também ajudar os alunos o respeito à diversidade e, encontrar um terreno comum, reconhecendo a importância de ensinar Educação Física, cujo maior impasse está nas concepções do corpo, através das religiões.

Como objetivos específicos, tem-se: identificar a previsão legal dos componentes curriculares de História e de Ensino Religioso; verificar como os componentes curriculares de História e de Ensino Religioso podem auxiliar no combate à intolerância religiosa; explorar as conexões entre o Ensino Religioso e a Educação Física sob a ótica da transdisciplinaridade.

Como metodologia, o presente estudo utilizou da pesquisa bibliográfica, que envolve a busca, seleção, análise e interpretação de informações e conhecimentos já disponíveis em fontes bibliográficas, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, relatórios técnicos, entre outros. Esse tipo de pesquisa não envolve a coleta de dados primários por meio de experimentos ou levantamentos de campo, mas sim a análise crítica e a síntese de informações previamente publicadas por diferentes autores e fontes.

O primeiro capítulo dedicou-se ao estudo da Educação Física como área do conhecimento. Assim, primeiramente, fez-se uma análise a respeito da origem e da evolução da

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[6] BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERFEIFER, Paulo Evaldo. *Educação Física Escolar*: política, currículo e didática. Ijuí: Unijuí, 2019. p. 28.

Educação Física, utilizando-se das ideias de Ivan Corrêa[7], Francisco Caparroz[8], Valter Bracht[9], Marcos Neira[10]. Ainda nesse capítulo, foi realizado um estudo a respeito da Educação Física na Base Nacional Comum Curricular[11], utilizando-se, para fundamentar o tópico, além do documento oficial da Base Nacional Comum Curricular, as obras de Paulo Carlan[12].

O segundo capítulo estuda o componente curricular do Ensino Religioso, tecendo considerações, incialmente, sobre a sua configuração no Brasil após a Constituição Federal de 1988. Foram usadas as obras de Denize Sepulveda e José Antonio Sepulveda[13], Maria Dalva Araujo[14], Sérgio Junqueira[15]. O segundo tópico deste capítulo dedicou-se ao estudo do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular, fazendo consultas às obras de Paulo Baptista[16], José Carlos Silva e Maria da Penha Silva[17].

Por fim, o terceiro capítulo dedica-se ao estudo da necessidade do diálogo entre Educação Física e Ensino Religioso, visando a tolerância e o respeito às diferenças. Para elaborar o capítulo, foram usadas as ideias de Anélia Simões e Tatiane Salaroli[18], Selson Garutti[19], Bruno Miragem[20] e Patrício Araújo[21].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[7] CORRÊA, Ivan Livindo de Senna; MORO, Roque Luiz. *Educação Física escolar*: reflexão e ação curricular. Ijuí, RS: Unijuí, 2004.
[8] CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola*: a Educação Física como componente curricular. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
[9] BRACHT, Valter. *Educação Física Escolar no Brasil*: o que ela vem sendo e o que pode ser. Ijuí: Editora Unijuí, 2019.
[10] NEIRA, Marcos Garcia. *Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cengage Learning, 2007.
[11] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2018.
[12] CARLAN, Paulo. *O Esporte como conteúdo da Educação Física Escolar*: estudo de caso de uma prática pedagógica. Injuí: Editora Unijuí, 2018.
[13] SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. *Revista do Centro de Educação*, v. 42, n. 1, p. 1-11, 2017.
[14] ARAUJO, Maria Dalva de Oliveira. Laicidade e Ensino Religioso: desafio aos docentes e à formação humana. In: MARANHÃO, Fº. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021.
[15] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
[16] BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Ensino Religioso: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O Ensino Religioso e a sala de aula*. Florianópolis: Fogo/Amar, 2021.
[17] SILVA, José Carlos Cezar; SILVA, Maria da Penha Lima da. A perspectiva da disciplina de Ensino Religioso na construção de uma cultura de paz no Ensino Regula. In: MARANHÃO, Fº. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021.
[18] SIMÕES, Anélia dos Santos Marvila; SALAROLI, Tatiane Pereira. O retrato da intolerância religiosa no Brasil e os meios de combatê-la. *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 5, n. 2, p. 411-430, 2017.
[19] GARUTTI, Selson. O ensino religioso no contexto escolar. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 11, n. 2, p. 131-143, 2006.
[20] MIRAGEM, Bruno. Direito à diferença e autonomia: proteção da diversidade no direito privado em relação ao exercício individual das liberdades sexual e religiosa. In: In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coords.). Direito à Diversidade. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2015.
[21] ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Entre Ataques e Atabaques:* Intolerância Religiosa e Racismo nas Escolas. São Paulo: Arché Editora, 2017.

1 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

O presente capítulo pretendeu abordar a origem e evolução da Educação Física como área do conhecimento no Brasil e no mundo, ressaltando os principais acontecimentos que marcaram toda essa trajetória, desde o seu surgimento, até os dias atuais, em que é entendida como uma área do conhecimento que deve ser incluída nos currículos das escolas.

Além disso, busca-se analisar a previsão da Educação Física na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a fim de compreender as principais previsões acerca desse componente curricular.

1.1 A origem e a evolução da Educação Física

Pode-se observar uma estreita relação entre a política e a inserção/continuidade da Educação Física nas escolas. Os objetivos deste profissional modificaram-se ao longo da história de acordo com os ideais da sociedade. Isso significa que a profissão necessitava atender aos anseios sociais e econômicos de cada época.

A presença do educador físico nas escolas faz parte do currículo das crianças e adolescentes e historicamente ocorreu no período liberal republicano. Trata-se de um período com marcantes ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

O exercício era essencial para o desenvolvimento do progresso do Brasil, a partir da preparação de homens fortes, sadios e dinâmicos para o trabalho braçal. Além disso, auxiliou nas noções de disciplina e respeito às normas, já que o trabalho era essencialmente mecânico e exigia uma ordem adequada para sua execução. O corpo era entendido como uma máquina que poderia ser controlada e aperfeiçoada. Os trabalhadores necessitavam obedecer às normas pré-estabelecidas pelos detentores do poder, sendo desestimulada a visão crítica sobre as coisas ou tentativas de mudanças.[22]

A Educação Física no ambiente escolar teve forte influência do militarismo, inclusive na formação dos professores[23]. Por isso, o trabalho pedagógico seguia o modelo militar. A introdução da Educação Física nas escolas foi marcada por polêmicas. A elite dominante da época acreditava que o ambiente escolar deveria ter exclusivamente disciplinas de caráter

[22] CORRÊA, Ivan Livindo de Senna; MORO, Roque Luiz. *Educação Física escolar*: reflexão e ação curricular. Ijuí, RS: Unijuí, 2004. p. 35.
[23] CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola*: a Educação Física como componente curricular. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. p. 19.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

intelectual. O movimento do corpo, então, destoava deste objetivo. Para o sexo masculino esta polêmica era menor, pois os meninos já estavam acostumados a realizarem atividade física pela influência militar. Já para o sexo feminino, a população não achava necessária a necessidade de realizar exercícios físicos.[24]

Nesse modelo, a Educação Física ficou limitada pelo caráter da prática de exercícios e de repetição de exercícios. O trabalho era pautado no esporte de alto nível. Buscava-se encontrar o atleta herói, símbolo do nacionalismo para elevar o status nacional a uma potência esportiva. Porém, o Brasil fracassou no ideal de tornar-se uma potência olímpica e passou-se a questionar o rumo que a Educação Física deveria tomar. Mudanças eram necessárias para que a Educação Física pudesse assumir uma identidade diferente.

O objetivo passou a ser promover o desenvolvimento psicomotor do aluno. Esta forma de pensar teve início em escolas especiais para alunos portadores de deficiência física e mental para melhorar a qualidade do controle motor. A faixa etária das atividades passou por modificações, com foco as séries iniciais e a Educação Infantil das crianças advindas das elites.[25]

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram transformação na área da educação que aperfeiçoaram a profissão. Houve um aumento do número de professores que realizaram pós-graduação em instituições internacionais, especialmente mestrado e doutorado. Além disso, estabeleceu-se parcerias entre as universidades brasileiras e centros de pesquisas internacionais, como também de laboratórios em áreas como a fisiologia. A influência internacional abriu os horizontes da abordagem dos profissionais de educação física. Além dos aspectos biológicos essenciais para a construção dos conhecimentos da área, inseriu-se questões pedagógicas e socioculturais. Isso significou uma aproximação com as ciências sociais e humanas, antes negligenciadas do currículo.[26]

Nessa época, a Educação Física almejava a formação de pessoas saudáveis, aptas e eficientes fisicamente, orientadas nos valores do trabalho, condição para a construção de uma nação também forte e orientada para o crescimento e o desenvolvimento[27]. Assim, observa-se que o projeto liberal burguês de utilização da Educação Física para formar trabalhadores fortes para o trabalho braçal fazia cada vez menos sentido, pois o desenvolvimento das tecnologias

[24] CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil*: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1988. p. 21.
[25] BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997. p. 15.
[26] CAPARROZ, 2007, p. 43.
[27] BRACHT, Valter. *Educação Física Escolar no Brasil*: o que ela vem sendo e o que pode ser. Ijuí: Editora Unijuí, 2019. p. 43.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

passou a suprir esta demanda. A partir daí, a Educação Física passou a ter sua função centrada no desenvolvimento de pessoas saudáveis a partir da execução de exercícios orientados.[28]

Conforme explica Bracht, no século XX, a cultura da Educação Física escolar, especificamente o conjunto de saberes, fazeres, valores e comportamentos que configuram sentidos e significados vinculados às práticas corporais tematizadas e construídas por essa prática social e escolar, foi influenciada de maneira significativa pela ética do trabalho como uma das construções e um dos suportes da época. A prática da EF tinha a ideia de vigor físico aliado à força de vontade, vida ascética orientada na ética do trabalho, de limpeza e asseio do corpo, de retidão corporal e comportamental, em suma, coerentes com a ética e a estética tipicamente modernas.[29]

A Educação Física (EF) é considerada umas das áreas do conhecimento humano cujo conteúdo teórico-epistemológico vem sendo amplamente debatido devido ao seu caráter dinâmico, complexo e, até certo ponto, controverso. Além disso, destaca-se também a interdisciplinaridade da Educação Física.

De acordo com a definição do doutor em Livre-Docência em Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física e Motricidade Humana da Universidade Estadual Paulista, Mauro Betti, a Educação Física pode ser compreendida como a "área de conhecimento e intervenção profissional-pedagógica, que lida com a cultura corporal de movimento, objetivando a melhoria qualitativa das práticas constitutivas dessa cultura, mediante referenciais científicos, filosóficos e estéticos".[30]

Nesses termos, é necessário compreender que a Educação Física vai muito além de um momento recreativo aos alunos; ela deve ser compreendida como uma área do conhecimento humano, como uma ciência, um saber, que abrange o estudo do movimento do corpo humano, com a finalidade de proporcionar a melhoria não apenas da performance física do indivíduo, mas também como melhoria da qualidade de vida, por intermédio de benefícios diversos relacionados à saúde física e mental.

Assim, a Educação Física "é vista como necessária ao processo de escolarização e à formação da cidadania para a participação da sociedade atual, tanto como os demais componentes curriculares"[31]. Diante disso, não é possível reduzir à Educação Física a função

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[28] BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, Francisco Eduardo (Org.). *Educação Física escolar*: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001. p. 22.
[29] BRACHT, 2019, p. 43.
[30] BETTI, Mauro. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física Especial*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-97, 2005. p. 150.
[31] NEIRA, Marcos Garcia. *Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cengage Learning, 2007. p. 2.

de preocupar-se com a saúde e qualidade de vida dos educandos. A problematização das práticas corporais deve oferecer condições para que os estudantes compreendam os elementos que interferem na relação destas com a saúde e qualidade de vida, sem reduzir ou limitar a compreensão dos conceitos envolvidos, tendo em vista que não é somente a prática de exercícios físicos – ainda mais considerando a periodicidade das aulas de Educação Física – que determina a promoção ou a manutenção da saúde.[32]

Para Betti, a Educação Física deve ser analisada a partir de dois grandes grupos, sendo o primeiro o da matriz científica que concebe a Educação Física como área de conhecimento científico que estuda o movimento humano, e o segundo da matriz pedagógica, que a concebe como prática de intervenção pedagógica e social imediata, isto é, para desenvolver ou aprimorar esse movimento humano.[33]

A relação do ser humano com o movimento sofreu diversas modificações ao longo dos anos até o surgimento do termo Educação Física nos moldes como é conhecido hoje. Além disso, a sociedade passou por transformações, o que também interferiu na relação do ser humano com a atividade física, seja ela para os adultos ou para as crianças na escola. Nos primórdios, não havia intencionalidade, o que foi se modificando aos poucos, configurando uma relação, principalmente, de cuidado com o corpo e de formação militar.[34]

A relação do ser humano com o movimento corporal sofreu diversas modificações ao longo dos anos até o surgimento do termo Educação Física nos moldes como é conhecido nos dias atuais. Destarte, a sociedade passou por alterações, fato que também interferiu na relação do indivíduo com a atividade física, seja ela para os adultos ou para as crianças na escola. A prática de atividades físicas de maneira sistemática não é exclusividade da cultura contemporânea, tendo em vista que diversas civilizações antigas já possuíam relações lúdicas com o movimento. Entretanto, foi somente com o crescimento urbano e com a industrialização que o movimento começou a ser pensado como educação física.[35]

Com relação às suas origens, segundo, o surgimento da Educação Física encontram-se associadas à educação espontânea do ser humano nos tempos da Pré-História, uma vez que o corpo dos indivíduos primitivos se desenvolvia em um ambiente que exigia grande esforço físico, tanto para percorrer longas distâncias, quanto para adquirir as fontes de alimentação natural, ricas em sementes, raízes, frutas e carnes silvestres, ou seja, o ser humano nômade tinha

[32] BAGNARA; FENSTERFEIFER, 2019, p. 40.
[33] BETTI, 2005, p. 154.
[34] BIEDRZYCKI, Beatriz Paulo; OLIVEIRA JÚNIOR, Lafaiete Luiz de; DIONIZIO, Mayara. *História da educação*. Porto Alegre: SAGAH, 2019. p. 99.
[35] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019. p. 19.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

a necessidade executar atividades físicas para caçar, pescar e construir abrigos, como estratégias de sobrevivência do grupo.[36]

Mais adiante, a civilização grega a qual é historicamente atribuída à criação das mais importantes manifestações artísticas e culturais da humanidade – como o Teatro, a Música, a Literatura e a Filosofia – foi a responsável em criar métodos para sistematizar as atividades físicas naturais do ser humano (correr, nadar, saltar, agachar, pular, arremessar, etc.) em atividades físicas planejadas, estruturadas e repetitivas denominadas de exercícios físicos. Estes exercícios tinham por objetivo a melhoria ou manutenção de um ou mais componentes da aptidão física dos jovens da aristocracia grega efetivando, assim, pela primeira vez a Educação Física como prática pedagógica.[37]

De acordo com as ideias desenvolvidas pelos pensadores e filósofos gregos, muitos conceitos pedagógicos e físicos surgiram e perduram até a contemporaneidade. Esses conceitos, que relacionavam o corpo com a mente e o espírito, gerando o equilíbrio ideal para o ser humano, foram preponderantes na época, subsidiados pela filosofia platônica. Não era apenas essa busca divina ou estética que fazia os gregos dedicarem especial atenção ao corpo. Dentro da concepção social grega, ter bons atletas entre os cidadãos significava contar com soldados fortes e resistentes, que estariam fisicamente preparados para defender o Estado em possíveis combates contra outras cidades-estados. Também foi na Grécia que muitos dos termos esportivos e atléticos foram criados, por exemplo: atleta, ginástica, halteres e pentatlo.[38]

Ainda na Antiguidade, outra sociedade que teve suas atividades corporais muito difundidas foi a romana, influenciada pelos gregos. Os romanos inspiraram muito do que hoje entendemos por treinamento militar ou de hipertrofia. Além disso, a busca pelo corpo viril e agressivo norteava as ideias da sociedade da época.[39]

Nesse contexto, a educação e a formação do cidadão grego foram alteradas em virtude do caráter racional da filosofia e da ascensão da democracia em Atenas. Essas mudanças relacionadas ao saber e ao conhecimento ocorreram ao longo da história da filosofia e da história.

A partir do aprimoramento dos exercícios físicos foi sendo criado o Atletismo, que corresponde a modalidade de exercícios físicos, individuais ou entre equipes, sempre de caráter

[36] POWERS, Scott K; HOWLEY, Edward T. *Fisiologia do Exercício*: Teoria e Aplicação ao condicionamento e desempenho. São Paulo: Manole, 2010. p. 32.
[37] ALVES, Álvaro; MARCEL, Palomo. *A história dos jogos e a constituição da cultura lúdica*. Cascavel: UFPR, 2003. p. 17.
[38] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 23.
[39] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 23.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

competitivo, inspirados em três atividades lúdicas do ser humano: correr, saltar e lançar objetos. Naquele período, o Atletismo passou a ser a modalidade base da maioria dos esportes, jogos ou demais atividades que demandassem exercício físico e destreza, com fins de recreação, manutenção do condicionamento corporal e da saúde e/ou competição entre seus praticantes. O desenvolvimento das inúmeras modalidades esportivas da época deu origem aos Jogos Olímpicos.[40]

Para Aguiar e Frota, a filosofia pedagógica que orientou a educação grega durante séculos tinha por embasamento a exercitação intelectual através da exercitação corporal, segundo eles, "para os filósofos gregos que procuravam explicar o ser humano de forma dual, corpo e mente, os exercícios físicos eram essencialmente importantes, tanto para a produção da beleza física, quanto para a formação do caráter"[41]. De um modo geral, a filosofia grega concebia a Educação Física como um conjunto de atividades com a finalidade de desenvolver a perfeição física e os valores morais, buscando a formação de indivíduos fortes, saudáveis, resistentes, belos, virtuosos e inteligentes.

Nota-se, portanto, que a Educação Física teve grande influência nos costumes e hábitos socioculturais do povo grego. Tanto que, ao conquistarem as colônias gregas do sul da Itália durante as Primeiras Guerras Púnicas (264 – 241 a.C.), os Romanos passaram a incorporar e desenvolver a prática dos exercícios físicos em seu cotidiano[42]. No entanto, ao contrário dos gregos que primavam pelos valores morais e estéticos, os romanos utilizavam a preparação física para os embates militares e apresentações de gladiadores nas arenas e circos romanos. Foi desde modo que na cultura romana a Educação Física também ficou relacionada à melhoria dos aspectos de saúde e higiene corporal, pois se entendia que um corpo saudável era sinônimo de soldados e gladiadores mais fortes, hábeis e resistentes.[43]

No Brasil, a Educação Física foi introduzida no currículo escolar por meio de uma reforma que tornou a prática da ginástica obrigatória no ensino primário no Rio de Janeiro. Entretanto, em razão da fragmentação do conhecimento e da valorização cultural das atividades intelectuais em detrimento das atividades motoras, foram atribuídos significados diversos à Educação Física na história da escolarização no Brasil.[44]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

---

[40] CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. In: Portal da Educação Física, 2016. [*online*].
[41] AGUIAR; Olivette Rufino Borges Prado; FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. *Educação Física em Questão*: resgate histórico e evolução conceitual. Teresina: Universidade Federal do Piauí– UFPI. 2010, p. 12.
[42] ALVES; MARCEL, 2003, p. 21.
[43] CAPINUSSÚ, José Maurício. Atividade física na idade média: bravura e lealdade acima de tudo. *Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 131, p. 53-56, 2005. p. 54.
[44] NEIRA, 2007, p. 2.

Antes disso, a Educação Física era associada a instituições militares e à classe médica. Com relação a este último grupo, tem-se que, com a finalidade de melhorar a condição de vida, muitos médicos assumiram a função higienista e buscaram alterar os hábitos de saúde e higiene da sociedade. Assim, a Educação Física era apta a favorecer a educação do corpo, possuindo como propósito a constituição de um físico saudável e equilibrado organicamente, menos suscetível às doenças.

Os primeiros anos da Educação Física no Brasil foram marcados por uma prática completamente excludente. As tendências higienista e militarista, as primeiras da disciplina no país, acentuaram essa questão, uma vez que aqueles que não se encaixassem dentro do padrão exigido de saúde ou para servir ao Exército eram proibidos de participar das aulas. No período da ditadura militar, os alunos que não apresentavam bons rendimentos na prática esportiva eram excluídos, uma vez que não teriam condições de servir o país como atletas futuro. Era a valorização dos habilidosos em detrimento dos menos talentosos esportivamente.[45]

No início do século XX, a identidade pedagógica da Educação Física Escolar (EFE) passou a ser pautada pelas normas, valores e exercícios físicos empregados nas instituições militares, com o propósito de "formar" um ser humano mais disciplinado, obediente e respeitador da hierarquia social[46].

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, diversos questionamentos proporcionam novas atribuições para a área. O surgimento das ciências do esporte possibilitou algumas críticas às aulas esportivas, pela falta de conhecimento científico por parte dos profissionais da área, para fundamentar sua prática pedagógica.[47]

Para a Federação Internacional de Educação Física, a Educação Física "é um processo de Educação, seja por vias formais ou não formais, que ao promover a ocupação saudável do tempo livre de lazer, constitui-se num meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo e produtivo para os seres humanos"[48]. Quando introduzida em ambientes escolares, a Educação Física pode ser descrita como a disciplina escolar que "introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, capacitando-o para usufruir os jogos, os esportes, as danças, as lutas e as ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida".[49]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[45] ALVES; MARCEL, 2003, p. 21.
[46] SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico Crítica*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. p. 67.
[47] NEIRA, 2007, p. 2.
[48] FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FIEP). *Manifesto Mundial da Educação Física*. Foz do Iguaçu: Congresso Mundial da Federação Internacional de Educação Física, 2000. p. 3.
[49] CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. In: Portal da Educação Física, 2016. [*online*], p. 7.

Entretanto, conforme consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação - MEC, é preciso compreender que "o processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, não deve se restringir ao simples exercício de habilidades, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira significativa"[50]. Como se pode observar, a Educação Física tem um papel de destaque como área de conhecimento, pois "utiliza a prática da atividade física para ampliar a aprendizagem e as vivências do ser humano com seu próprio corpo, com as pessoas e com o ambiente em que vive".[51]

Para o Conselho Federal de Educação Física, a importância da Educação Física se deve, em grande parte, em função da abertura a interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento (Educação, Saúde, Cultura, Lazer, Esporte, Tecnologia, Biologia, Artes, Turismo, etc.), da universalização do acesso e pelo comprometimento com a melhoria da sociedade através das questões sociais (exclusão social, discriminação de pessoas com deficiência, questões ambientais, etc.).[52]

Com relação à evolução da Educação Física, no fim do século XX e início do século XXI, a Educação Física Escolar iniciou uma profunda transformação em seu processo educativo marcado, principalmente, pela inclusão do estudo da Psicomotricidade que é focada na "importância de estimular as aptidões motoras, corporais e psicológicas dos alunos de maneira conjunta"[53]. Nessa concepção, a prática do movimento desencadeia mudanças de hábitos, ideias e sentimentos, onde a atividade física concebe o ser humano como um ser autônomo, capaz de cuidar do próprio corpo, de acordo com suas necessidades e capacidades individuais.

Após a oficialização do Cristianismo como religião do Império Romano e do declínio do mesmo em 476 d. C, foi dado início ao período histórico conhecido por Idade Média ou "Idade das Trevas", no qual a Igreja Católica passou a dominar toda a Europa pautando as regras de educação e convivência em sociedade. De acordo com Capinussú, o desprezo pelo culto ao corpo tornou os exercícios físicos inexpressivos, pois o corpo passou a ser considerado como templo do pecado. Entretanto, "alguns exercícios foram liberados para preparação militar

[50] BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Fascículo de Educação Física. Brasília: Ática, 1999. p. 14.
[51] GENEROSI, Rafael Abeche. *Efeitos de um programa de treinamento físico em componentes de aptidão física relacionados à saúde de escolares.* Dissertação (Mestrado em Educação Física). Escola de Educação Física da Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 11.
[52] CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. In: Portal da Educação Física, 2016. [*online*]. p. 7.
[53] DUCKUR, L. C. B. *Em busca de formação de indivíduos autônomos nas aulas de Educação Física*. Campinas, SP: Autores associados, 2014. p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

e proteção dos patrimônios feudais através da prática de esgrima, arco e flecha, equitação (Cavalaria), jogos, torneios, justas e cruzadas".[54]

Foi somente após a decadência da estrutura social feudal e da ascensão da sociedade burguesa, que as ideias sobre a educação do corpo voltaram a fazer parte da sociedade como oposição aos hábitos de ociosidade e desregramentos da alimentação. Em sua obra, Oliveira e Moreira descrevem que apenas "a partir da segunda metade do XVIII, durante a Idade Moderna ou Idade das Revoluções (1453-1789 d.C.), os primeiros sistemas regulares de Educação Física começaram a ser elaborados ordenadamente através de princípios pedagógicos"[55]. Nesta época a Educação Física passou a ser associada a Ginástica sendo sistematizada através de quatro grandes áreas: pedagógica, médica, estética e militar. Segundo Flor et al., (2006, p.567), "a ginástica é a modalidade física que por meio de exercícios especializados, visa fortificar e dar maior elasticidade ao corpo da através de movimentos lentos, cadenciados e rítmicos, indicada para o desenvolvimento físico geral".

A partir dessa sistematização, a EF passa a ganhar *status* científico e a ser vista como importante prática social assimilada como "um conjunto de conhecimentos que visam desenvolver as qualidades físicas e aperfeiçoar os valores morais do indivíduo, proporcionando um corpo saudável e o bem-estar geral"[56]. Chegando à Idade Contemporânea (1789 aos dias atuais) a Educação Física traz a luz os pressupostos da racionalidade, produtividade e eficiência, tendo como meta o aprimoramento físico do corpo para servir como mão-de-obra para o trabalho. Somente em entre as décadas de 1970 a 1980, é que surge um novo enfoque ao conteúdo teórico-epistemológico da Educação Física, passando a ser pautada, então, pelo conceito da psicomotricidade humana.

De acordo com Aguiar e Frota, "a psicomotricidade privilegia os aspectos do desenvolvimento das condutas motoras como lateralidade, coordenação motora, percepção sonora, tátil e visual, equilíbrio e agilidade, além de adaptação social e escolar"[57]. Esta nova concepção fundamentou-se na superação do conceito de Educação Física atrelada apenas aos aspectos fisiológicos, passando a compreender o ser humano em sua totalidade, haja vista que é um ser social que vive e se movimenta historicamente.

As primeiras práticas de exercícios físicos dentro do contexto escolar surgiram na Europa no final do século XVIII sob a forma de jogos, ginástica, dança e equitação, com o

[54] CAPINUSSÚ, 2005, p. 54.
[55] OLIVEIRA, A. R.; MOREIRA, M. A. *Aspectos histórico-sociais da Educação Física*. Manaus: UEA, Edições/Valer 2008. p. 67.
[56] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 193.
[57] AGUIAR; FROTA, 2010, p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

intuito de “construir” um novo ser humano, mais forte, mais ágil e apto a ingressar como força de trabalho na sociedade capitalista.[58]

No Brasil, a Educação Física, em sua origem, estava relacionada diretamente às instituições militares e à classe médica. Em 1851, foi realizada a Reforma Couto Ferraz, a qual tornou obrigatória a Educação Física nas escolas do município da Corte. Nessa oportunidade, houve significativa resistência por parte dos pais em ver seus filhos envolvidos em atividades que não tinham caráter intelectual. Quanto aos meninos, a tolerância era um pouco maior, tendo em vista que a ideia de ginástica estava relacionada às instituições militares; entretanto, com relação às meninas, muitos pais proibiram a participação de suas filhas nas aulas dessa disciplina.[59]

A introdução da Educação Física nas escolas brasileiras de maneira efetiva aconteceu após a reforma de Couto Ferraz, tomando força com Rui Barbosa quando defendeu a inclusão da ginástica em todas as escolas e, principalmente, a equiparação profissional entre os professores de Educação Física e os professores das demais disciplinas, alegando que uma mente brilhante só se desenvolve dentro de um corpo saudável. Essa reforma ocorreu em 1851 e culminou na obrigatoriedade da Educação Física em todas as escolas da Corte.[60]

Em 1879, o Decreto n° 7.274 (Reforma Leôncio de Carvalho) recebeu o Parecer n° 224, de autoria de Rui Barbosa, que recomendou a instituição de uma sessão especial de ginástica na Escola Normal, a extensão obrigatória da ginástica a ambos os sexos, assim como na formação do professorado e nas escolas primárias de todos os graus, sua inserção nos programas escolares como matéria de estudo, e a equiparação, em categoria e autoridade, dos professores de ginástica aos de todas as outras disciplinas.[61]

No ano de 1882, Rui Barbosa deu um parecer a respeito da Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública, oportunidade em que defendeu a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras disciplinas. Nesse parecer, Rui Barbosa ressaltou a sua ideia acerca da relevância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual. No início deste século, a Educação Física, ainda sob o nome de ginástica, foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.[62]

---

[58] PIMENTA, Selma G.; LIBÂNEO, José Carlos. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 17.
[59] AGUIAR; FROTA, 2010, p. 12.
[60] FERREIRA, SAMPAIO, 2013, p. 43.
[61] BETTI, 2005, p. 79
[62] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 23.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

A Educação Física ensinada nesse período estava baseada nos métodos europeus – o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês –, os quais tinham como fundamentos princípios biológicos. Faziam parte de um movimento amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente.[63]

O ano de 1930 foi um divisor de águas na história da educação brasileira. A partir daí uma série de medidas governamentais alcançaram a área. As atividades oficiais relativas ao ensino passaram a ser marcadas pela centralização e pelo consequente aumento de complexidade dos órgãos técnico-administrativos.[64]

Em 1939, no Rio de Janeiro, na Faculdade do Brasil (atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ]), foi fundado o primeiro curso superior em Educação Física e desportos, que visava à formação de profissionais na área. Entre os professores estavam médicos e ex-atletas.[65]

Atualmente, na escola, a disciplina da Educação Física aborda um conhecimento chamado de cultura corporal do movimento. Essa disciplina é configurada por atividades que têm como finalidade o movimento corporal como jogo, esporte, ginástica, dança, entre outros que constituem o seu conteúdo.[66]

Com relação aos seus benefícios, segundo o Conselho Federal de Educação Física, o Treinamento ou Treino Funcional (TF) "é uma importante tendência contemporânea que trabalha a melhoria das capacidades funcionais do corpo como: força muscular, flexibilidade, sistema cardiorrespiratório, coordenação motora, equilíbrio, velocidade, além de auxiliar no emagrecimento".[67]

O levantamento divulgado pela Academia Americana de Pediatria em parceria com o Colégio Americano de Medicina Esportiva, Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e Esporte e a Sociedade Canadense de Medicina Esportiva enfatiza que "tanto crianças quanto adultos podem se beneficiar da prática dos treinos funcionais e de força desde que seja considerada sua maturidade física, psicológica e que não haja contraindicações médicas". Para estas instituições é importante que o orientador (educador/treinador) físico esteja atento a qual

[63] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 193.
[64] BETTI, 2005, p. 81.
[65] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 102.
[66] BIEDRZYCKI; OLIVEIRA JÚNIOR; DIONIZIO, 2019, p. 102.
[67] CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. In: Portal da Educação Física, 2016. [*online*]. p. 2.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

objetivo se propõe o treino, devendo este ser executado de acordo com a idade, o limite físico e as condições de saúde do treinando.

Na avaliação de Borba, "a aula de Educação Física na escola é o ambiente ideal para compreender o porquê da necessidade de se aprender a cultura do corpo", logo, entende-se que além da execução de exercícios físicos, o Treinamento Funcional deve compreender pesquisas sobre anatomia humana, nutrição, primeiros-socorros, entre outros assuntos que instiguem no aluno o interesse e a compreensão pelos cuidados com a saúde, bem-estar e estética do próprio corpo.[68]

De acordo com o Conselho Federal de Educação Física, o Treino ou Treinamento Funcional (TF) é uma terminologia relativamente nova na área da Educação Física Geral atribuída ao conjunto de exercícios físicos que se baseiam nos movimentos naturais do corpo humano como correr, pular, rolar, puxar ou agachar, e que são utilizados em programas de condicionamento físico, desempenho atlético ou emagrecimento. Conceitualmente, a instituição classifica o treino como: "agrupamento de movimentos que estabilizam mais de um segmento, podendo ser realizado em diferentes planos (locais livres ou fechados) envolvendo diferentes ações musculares (excêntrica, concêntrica e isométrica).[69]

Para melhor compreensão do conceito dessa terminologia, Grigoletto, Brito e Heredia consideram importante conhecer os conceitos associados ao treinamento funcional, uma vez que o termo "funcional" pode ser entendido como "concernente a funções orgânicas vitais ou à sua realização; ou aquilo que é capaz de cumprir com eficiência seus fins utilitários, funções biológicas ou psíquicas". Conforme os autores, a aplicação correta do termo "funcional" deve estar associada ou se relacionar às funções do sistema psico-biológico humano, com eficácia e respeitando seus objetivos. Portanto, todos os treinamentos, sem exceção, devem ter por meta o desenvolvimento de alguma variável de funcionalidade.[70]

Embora atualmente esta modalidade seja destaque nas academias de ginástica e centros desportivos no Brasil e no mundo, a sua prática enquanto atividade física não é recente. Se levarmos em consideração as concepções a partir do senso comum, é possível afirmar que a

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[68] BORBA, Sônia Cristina Franzo. O Treinamento funcional como dinamizador do movimento na disciplina de Educação Física no Ensino Médio. In: *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor* - PDE Produções Didático-Pedagógicas. Moreira Sales: Universidade Estadual de Maringá, 2013. p. 14.
[69] CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. In: Portal da Educação Física, 2016. [*online*]. p. 2.
[70] SILVA-GRIGOLETTO, Marzo Edir; BRITO, Ciro José; HEREDIA, Juan Ramon. Treinamento funcional: funcional para que e para quem? *Revista Brasileira de Cineantropometria*, v. 16, n. 6, p. 715-719, 2014. p. 714.

base do treinamento funcional, acompanha a evolução humana desde os primórdios da civilização[71].

Segundo as pesquisas de Fernanda Prandi "o ser humano primitivo não tinha interesse pela prática de exercícios físicos, porém usava a funcionalidade de seu corpo para adquirir habilidades, força e condicionamento físico para sua sobrevivência".[72]

Conforme indica o Ministério da Educação, "espera-se que os alunos tenham subsídios para questionar os padrões estéticos, a busca exacerbada pelo culto ao corpo e aos exercícios físicos". Um dos instrumentos de fomento desses questionamentos é o professor de Educação Física, tendo em vista que ele deverá apresentar a gama de possibilidades que compreende a ginástica, como a ginástica rítmica, as práticas corporais circenses, a ginástica imitativa de animais, a ginástica desportiva, entre outras.[73]

De acordo com Neira, na contemporaneidade, o mundo encontra-se inserido em um contexto de expressões plurais no qual complexas realidades multiculturais se inserem e se entrecruzam em ampla diversidade de tradições políticas, étnicas, sociais, religiosas e de gênero. Em consequência, inclusão e exclusão constituem-se, atualmente, os elementos-chave nas políticas de identidade, delimitadas especificamente a partir da definição do Outro e das dinâmicas identitárias.[74]

Na avaliação de Borba, "a aula de Educação Física na escola é o ambiente ideal para compreender o porquê da necessidade de se aprender a cultura do corpo", logo, entende-se que além da execução de exercícios físicos, o Treinamento Funcional deve compreender pesquisas sobre anatomia humana, nutrição, primeiros-socorros, entre outros assuntos que instiguem no aluno o interesse e a compreensão pelos cuidados com a saúde, bem-estar e estética do próprio corpo. [75]

A aplicação do Treinamento Funcional no ambiente escolar deverá contemplar exercícios selecionados sob os mesmos princípios que fundamentam as cinco variáveis distintas da funcionalidade indicadas para ambientes não escolares, sendo deles: a) frequência adequada

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[71] ELVAR, Juan Ramón Heredia; ISIDRO, Felipe, PEÑA, Guilhermo; MATA, Fernando; MORAL Suzana; SEGARRA, Vitor; MENDÍAS, Marta; GRIGOLETTO, Marzo Edir da Silva. Entrenamiento funcional em Sañudo. In: *Nuevas orientaciones para una actividad física saludable en centros de fitness*. Sevilla, Wanceulen, 2011, p. 13.

[72] PRANDI, Fernanda Rafaela. *Treinamento Funcional e Core Trainig:* Uma Revisão de Literatura. (Dissertação em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p. 8.

[73] BRASIL. Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Secretária de Educação do Estado do Paraná. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Educação Física*. Curitiba-Paraná: SEED, 2008. p. 67.

[74] NEIRA, 2007, p. 65.

[75] BORBA, 2013, p. 17.

dos estímulos de treinamento; b) volume em cada uma das sessões; c) a intensidade adequada; d) densidade, ou seja, ótima relação entre duração do esforço e a pausa de recuperação; e) organização metodológica das tarefas. O manejo adequado dessas variáveis permitirá uma eficaz consecução dos objetivos pretendidos na melhora ou manutenção da capacidade funcional do sistema psico-biológico.[76]

Além da questão da saúde, a Educação Física também permite a interação humana por meio de suas tradicionais atividades, tendo em vista que essas atividades, em grande medida, potencializam a vivência de atividades cooperativas, de respeito, colaboração, entre outros, e em diversos momentos vivenciar essas questões é de extrema relevância para o contexto da sociedade contemporânea. Assim, a Educação Física escolar, por desenvolver seu processo formativo em espaços distintos da sala de aula, proporciona uma diversidade de relações e interações humanas.[77]

Nesse cenário, a Educação Física Escolar precisa estar inserida e absorver as discussões pedagógicas em busca das transformações da sociedade. Destaca-se, também, a interdisciplinaridade da Educação Física, consistente na atitude de abertura às novas práticas, ações e participações. De acordo com Elton Ruths, a interdisciplinaridade compreende a busca constante de novos caminhos, outras realidades, novos desafios, a ousadia da busca e do construir, o que exige que as práticas pedagógicas devem integrar os conteúdos de diferentes disciplinas, relacionando-os ao contexto de estudo e as necessidades de aprendizagem do aluno.[78]

Nesse cenário, a Educação Física pode ser vista como uma disciplina que abrange aspectos físicos, emocionais, sociais e culturais do ser humano, e como tal, pode se relacionar com outras áreas do conhecimento de maneira interdisciplinar. Portanto, não é um componente curricular que apenas ensina habilidades motoras e promove a saúde física, mas também contribui para a formação integral do indivíduo, integrando conhecimentos de diversas áreas do conhecimento e possibilitando uma visão ampla e integrada do ser humano e de sua relação com o mundo.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[76] SILVA-GRIGOLETTO; BRITO; HEREDIA, 2014, p. 714.
[77] BAGNARA; FENSTERFEIFER, 2019, p. 43.
[78] RUTHS, Elton Vicente. *A Educação Física na escola e a interdisciplinaridade*. In: PARANÁ (Estado). Os desafios da Escola Pública paranaense na perspectiva do professor PFE. Paraná: Governo do Estado, 2016. p. 7.

1.2 A Educação Física na Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Brasil estabelece diretrizes para a educação em todos os níveis e modalidades de ensino. Em relação à educação física, a BNCC dedica uma parte específica para o aspecto histórico da disciplina.

A Educação Física tem um importante papel na formação humana e no desenvolvimento integral da pessoa. O educador físico pode perceber capacidades e potenciais escondidos e aperfeiçoá-los. Essas habilidades devem ser pensadas não apenas nos aspectos físicos, mas também mentais e intelectuais. Medina diz que a Educação Física deve oferecer "subsídios que os ensinem a viver mais plenamente, dentro de todas as suas dimensões intelectuais, sensoriais, afetivas, gestuais e expressivas".[79]

A Educação Física foi inserida na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, devendo trabalhar as "linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação, mas como constituidoras de significados, conhecimentos e valores. Sendo a linguagem considerada como capacidade humana de articular significados coletivos em sistemas arbitrários de representação, que são compartilhados e que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido.[80]

A atuação do professor ou Educador Físico deve ser pensada e planejada. É essencial uma reflexão crítica sobre os objetivos e a forma de atingir cada um deles, buscando-se uma relação harmônica entre teoria e prática[81].

O jogo ou a brincadeira deve ser apenas um meio lúdico para alcançar a reflexão do papel da criança na sociedade e entender sua relação com as outras pessoas, desenvolvendo noções de respeito e solidariedade. As regras do jogo representam as leis e normas que nos cercam. Precisamos abdicar de nossas vontades por um bem maior, a ordem. E o desrespeito a alguma norma possui consequências negativas como forma de punição pelo ato indevido.

Segundo Betti:

> A Educação Física na escola, na condição de disciplina, tem por finalidade propiciar aos alunos a apropriação crítica da cultura corporal de movimento, visando formar o cidadão que possa usufruir, compartilhar, produzir, reproduzir e transformar as formas

[79] MEDINA, João Paulo Subirá. *A Educação Física cuida do corpo... e da mente.* 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 19.
[80] BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais - volume II*: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. p. 13.
[81] FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer*: teoria e prática em Educação Popular. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 52.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

> culturais do exercício da motricidade humana: jogo, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, dança e atividades rítmicas/expressivas, lutas/artes marciais, práticas alternativas.[82]

Nesse cenário, a Educação Física, compreendida como uma área do conhecimento, é prevista como componente curricular da área de Linguagens pela BNCC. Este documento aduz que a Educação Física tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.[83]

A Educação Física, componente curricular obrigatório e legítimo, deve buscar compreender os seres humanos com os quais trabalha como pleno em toda sua potencialidade, ainda que estejam em processo de aprendizagem e desenvolvimento mais explícitos, como é o caso das crianças e jovens. Para isso, devemos considerá-los como produtores e portadores de uma cultura que deve ser respeitada, trabalhando no sentido da construção da autonomia, da criticidade, da criatividade e da solidariedade como condições para a emancipação humana.[84]

Ainda, prevê que:

> Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade.[85]

Dessa forma, é possível verificar que a Base Nacional Comum Curricular prevê a Educação Física como um componente curricular em uma perspectiva ampla, não adotando o caráter reducionista que a relaciona única e exclusivamente com a saúde corporal dos educandos. Ainda, estabelece expressamente que a Educação Física é capaz de desenvolver saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola.[86]

Ainda, prevê competências específicas para o Ensino Fundamental:

---

[82] BETTI, 2005, p. 157.
[83] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2018. p. 213.
[84] BETTI, 2005, p. 161.
[85] BRASIL, 2018, p. 213.
[86] BRASIL, 2018, p. 223.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

> 1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual.
> 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo.
> 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais.
> 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
> 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes.
> 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam.
> 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos.
> 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
> 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
> 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.[87]

Quando o esporte era concebido apenas como uma prática que potencializava a performance, o rendimento, a busca da superação de marcas e tempos, o selecionamento, a especialização e a instrumentalização corporal, constituindo-se numa prática pedagógica direcionada, planejada, organizada e fundamentada, na perspectiva do paradigma da racionalidade instrumental, esse reducionismo de compreender e tratar o fenômeno esporte na Educação Física Escolar produzia muitas exclusões, discriminações, comparações e um forte apelo à competição.[88]

A Educação Física, nos termos da BNCC, possui seis unidades temáticas, sendo elas: brincadeiras e jogos, que exploram as práticas voluntárias realizadas dentro de um determinado tempo e espaço definidos, caracterizadas pela criação e modificação de regras, além da obediência de todos os participantes aos acordos coletivos estabelecidos. Ademais, tais práticas são apreciadas pelo seu valor intrínseco de "brincar"; esportes, que consiste nas atividades orientadas pela comparação de desempenho entre indivíduos (individualmente ou coletivamente), regidos por regras formais institucionalizadas; ginásticas, propostas práticas com diversas formas de organização e significados; danças, que compreendem um conjunto de

[87] BRASIL, 2018, p. 223.
[88] CARLAN, Paulo. *O Esporte como conteúdo da Educação Física Escolar*: estudo de caso de uma prática pedagógica. Injuí: Editora Unijuí, 2018. p. 31.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

atividades corporais que se caracterizam por movimentos rítmicos, organizados em passos e evoluções específicas, muitas vezes combinados em coreografias. Tais práticas podem ser realizadas individualmente ou em conjunto, sendo que as formas mais comuns são em duplas ou em grupos; lutas, que se referem às competições corporais, em que os praticantes utilizam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um espaço determinado; e práticas corporais de aventura, em que são exploradas formas de experimentação corporal que estão focadas na realização de perícias e proezas que surgem a partir de situações de imprevisibilidade criadas pelo ambiente desafiador.[89]

A Educação Física, aliada aos demais componentes curriculares, assume compromisso claro com a qualificação para a leitura, a produção e a vivência das práticas corporais. Ao mesmo tempo, pode colaborar com os processos de letramento e alfabetização dos alunos, ao criar oportunidades e contextos para ler e produzir textos que focalizem as distintas experiências e vivências nas práticas corporais tematizadas. Para tanto, os professores devem buscar formas de trabalho pedagógico pautadas no diálogo, considerando a impossibilidade de ações uniformes.[90]

Nesse sentido, a BNCC reconhece que a Educação Física confere inúmeras possibilidades aos alunos de todos os níveis de ensino, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola.[91]

Atualmente o debate acerca do esporte na Educação Física Escolar recoloca-o como fenômeno social, plural e multifacetado, enquanto as práticas esportivas deixam de ser analisadas de uma forma homogênea e passam a ser consideradas valores presentes e veiculadas por diferentes grupos de um mesmo contexto social, mas numa dimensão plural.[92]

Visto isso, a BNCC reconhece que existem três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ ou o cuidado com o corpo e a saúde. Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo.[93]

[89] BRASIL, 2018, p. 214-218.
[90] BRASIL, 2018, p. 224.
[91] BRASIL, 2018, p. 213.
[92] CARLAN, 2018, p. 32.
[93] BRASIL, 2018, p. 214.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Ainda, cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.[94]

Nesse cenário, a Educação Física apresenta-se atualmente como uma intervenção pedagógica, tendo sua abordagem centrada nos fundamentos de determinada instituição educacional. Seu ensino vai além dos movimentos corporais, tendo importantes funções como a criação de um ambiente lúdico, de socialização, de comunicação e de autossuperação. Estas funções são essenciais para a formação do indivíduo e são aptidões requisitadas em diferentes ambientes, até mesmo no trabalho. Isso significa que a Educação Física apresenta um trabalho complementar ao que é ensinado na sala de aula, contribuindo para a formação integral do indivíduo.[95]

Além disso, o componente curricular de Educação Física, por meio de suas unidades temáticas definidas na BNCC, permite a aprendizagem de valores e normas relacionadas ao exercício da cidadania, com vistas a proporcionar o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Isso porque, de acordo com o próprio documento da Base Nacional, a produção e o compartilhamento das atitudes e valores são inerentes a qualquer processo de socialização, sendo capaz de permitir a construção de valores relativos ao respeito às diferenças e no combate aos preconceitos de qualquer natureza.[96]

Pelo exposto, é possível observar uma mudança na função e objetivos da educação física. Se anteriormente ela apresentava a função do desenvolvimento da aptidão física para o trabalho e a obediência às normas, agora ela preocupa-se no desenvolvimento integral do indivíduo, por meio de habilidades sociais e humanas. A relação entre a Educação e o corpo sofreu modificações ao longo da história, sendo em alguns momentos uma relação direta e estrita, e em outros momentos, com uma conexão indireta. Porém, ainda está presente a consideração de um professor com seus conhecimentos e os alunos, seres inferiores que necessitam destes saberes para desenvolverem a prática da atividade física.

[94] BRASIL, 2018, p. 214.
[95] BETTI, 2005, p. 159.
[96] BRASIL, 2018, p. 220.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Assim, nesse capítulo, foi possível observar que a Educação Física escolar é uma disciplina que tem como objetivo promover o desenvolvimento motor, cognitivo e socioafetivo dos alunos, por meio de atividades físicas, esportes e jogos. É uma área importante no contexto escolar, pois contribui para a formação integral dos alunos, integrando o desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, agilidade, flexibilidade, entre outras habilidades motoras; desenvolvimento cognitivo, socialização, saúde física, entre outros.

Com a socialização, a Educação Física permite a promoção da inclusão e o respeito às diferenças. Ainda, através da prática de atividades físicas em grupo, a Educação Física pode estimular o convívio social, o respeito às diferenças e a cooperação entre os alunos. Portanto, diante de uma sociedade que enfrenta inúmeros desafios relacionados à opressão, violência e intolerância, a Educação Física escolar pode ser capaz de funcionar como instrumento de promoção e respeito às diferenças. Essa promoção pode ser feita, em um diálogo interdisciplinar, com o componente curricular de Ensino Religioso, o qual será abordado no capítulo seguinte.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

2 COMPONENTE CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

O presente capítulo busca compreender o Ensino Religioso enquanto área do conhecimento e componente curricular, visando analisar sua evolução história no Brasil, além de sua previsão no ordenamento jurídico brasileiro. Dessa maneira, primeiramente, estuda-se o Ensino Religioso e a evolução de sua regulamentação após a promulgação da Constituição democrática de 1988. Posteriormente, foca-se em sua regulamentação na Base Nacional Comum Curricular, importante documento que prevê diretrizes e objetivos para os diversos Componentes Curriculares.

2.1 O Ensino Religioso após a Constituição Federal de 1988

O Ensino Religioso, desde a época do Brasil colonial até os dias atuais, passou por diversas modificações, até chegar na configuração que atualmente possui. Nem sempre essa disciplina fez parte da grade curricular, tanto nas escolas públicas quanto nas escolas particulares. Historicamente, o Ensino Religioso representa um instrumento cuja finalidade é promover mudanças e reflexões que busquem a tolerância e a diversidade. Porém, observamos no atual cenário proveniente de momentos históricos, uma concepção desse ensino, marcada pelo catolicismo na catequese, doutrinando os fiéis. E depois o Ensino Religioso (ER), garantindo a educação numa trajetória que evolui para o sistema educacional dentro das escolas.[97]

Assim, o componente curricular de Ensino Religioso é integrante da história da educação no Brasil, sendo que ela passou por diferentes concepções e normatizações ao longo da história brasileira, as quais estiveram diretamente relacionadas ao contexto político, social e educacional de cada época[98]. Sua origem remonta ao período colonial, com a chegada dos portugueses ao território nacional. Isso porque o processo de colonização acarretou "uma estrutura de expansão católica, no contexto da contrarreforma, elegendo a Companhia de Jesus como responsável por essa tarefa. Assim, a base de organização da educação brasileira, que vem desde a colônia, é católica, basicamente jesuíta".[99]

[97] RUEDELL, Pedro. *Educação Religiosa*: fundamentação antropológico-cultural da religião segundo Paul Tillich. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 118.
[98] AFFONSO, Luciane Marina Zimerman; CANFIELD, Ráisa Lammel; MÖBS, Adriane da Silva Machado; SANTOS, Valter Borges dos; SILVA, Itala Daniela da. *Políticas Educacionais e Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021. p. 15.
[99] SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. *Revista do Centro de Educação*, v. 42, n. 1, p. 1-11, 2017. p. 3.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

É relevante mencionar que a escola é considerada um espaço socializador no qual o movimento das relações sociais acontece naturalmente, se apresentando como um ambiente próprio para a construção do saber. Por ser uma instituição histórica, a escola é definida de acordo com os modelos estabelecidos por uma determinada ordem social, política e econômica.[100]

De acordo com Araujo, o Ensino Religioso (ER) enquanto componente curricular da Educação Básica (EB), no contexto do Estado laico, ainda é complexo, nada obstante suas raízes tenham surgido no início da trajetória histórica da educação brasileira. Teve origem atrelada ao ensino da religião dos colonizadores portugueses, desconsiderando outras práticas, especialmente, da população nativa, a indígena. Nesse contexto, em consonância com cada momento histórico tem perpassado a catequese, a proibição, contudo, mantém-se no currículo obedecendo ao princípio da laicidade.[101]

De acordo com Flávia Piovesan, foi somente a partir do processo de democratização do País, deflagrado em 1985, é que o Estado brasileiro passou a ratificar relevantes tratados internacionais de direitos humanos. As inovações introduzidas pela Carta de 1988 – especialmente no que tange ao primado da prevalência dos direitos humanos, como princípio orientador das relações internacionais – foram fundamentais para a ratificação desses importantes instrumentos de proteção dos direitos humanos.[102]

A subscrição do Brasil aos tratados internacionais de direitos humanos simboliza ainda o aceite do Brasil para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos, bem como para com a ideia da legitimidade das preocupações da comunidade internacional, no tocante à matéria.[103]

Desta feita, a Constituição Brasileira de 1988 representou um momento relevante na situação política brasileira. Abandonando o sistema autoritário anterior, tratou de implementar um novo marco constitucional, democrático, mais ventilado, afastando os comandos anteriores que conduziram ao estabelecimento de um sistema antidemocrático. A luta para o estabelecimento desse novo regime teve, na constituinte, um palco múltiplo, diverso e heterogêneo, onde diversos interesses procuraram emplacar seus ideais.[104]

---

[100] GONÇALVES, 2018, p. 34.
[101] ARAUJO, Maria Dalva de Oliveira. Laicidade e Ensino Religioso: desafio aos docentes e à formação humana. In: MARANHÃO, Fº. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021. p. 137.
[102] PIOVESAN, 2018, p. 69.
[103] PIOVESAN, 2018, p. 70.
[104] ARAUJO, Luiz Alberto. A questão da diversidade e a Constituição de 1988. In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coords.). *Direito à Diversidade*. São Paulo: Atlas S.A, 2015. p. 34.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

O texto constitucional de 1988, ao simbolizar a ruptura com o regime autoritário anterior, confere aos direitos e garantias uma ênfase extraordinária, situando-se como o documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país. O valor da dignidade humana, elevado a princípio fundamental, impõe-se como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico brasileiro, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional instaurado em 1988.[105]

Com a promulgação da Carta Magna democrática, são previstas novas diretrizes de bases educacionais e as políticas públicas passam a considerar a multiplicidade cultural, étnica e religiosa que constitui a realidade brasileira. As leis asseguram o respeito às minorias, e há uma ampliação das discussões sobre gênero, de modo a buscar modos de consolidação das igualdades. A educação aparece então como a esfera primordial para o crescimento do respeito às alteridades. Nesse cenário, o ensino religioso passa a ser considerado mais um elemento de sensibilização para a pluralidade religiosa.[106]

Com a Constituição Federal de 1988, diversos direitos foram assegurados de maneira expressa, momento no qual a educação no geral e a disciplina de Ensino Religioso sofreram mudanças significativas. Esse período é um momento de redemocratização, em que novas perspectivas e tendências políticas e públicas são estabelecidas em diversas áreas, incluindo o âmbito educacional.[107]

Nesse sentido, o componente curricular de Ensino Religioso faz parte da história da educação no Brasil, sendo que ela passou por diferentes concepções e normatizações ao longo da história brasileira, as quais estiveram diretamente relacionadas ao contexto político, social e educacional de cada época. Atualmente, ele é caracterizado por aspectos de uma educação laica, mas isso nem sempre foi assim. Durante séculos, a Igreja Católica manteve o domínio político e educacional, desenvolvendo o seu proselitismo religioso também por meio da educação.[108]

Essa componente curricular sempre foi objeto de polêmicas e sempre foi alvo de intensos debates e discussões acirradas, deparando-se com grupos a favor e outros contrários à oferta do ER na escola. As fortes mobilizações de organizações religiosas proporcionaram que

[105] PIOVESAN, 2018, p. 72.
[106] AFFONSO *et al*., 2021, p. 17.
[107] AFFONSO *et al*., 2021, p. 13.
[108] AFFONSO, *et al.*, 2021. p. 232.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

esse importante componente curricular estivesse em pauta desde o início do processo de discussão da Constituição Federal de 1988.[109]

Entretanto, ao longo da história da educação brasileira, o Ensino Religioso assumiu diferentes perspectivas teórico-metodológicas, geralmente de viés confessional ou interconfessional. Foi somente a partir da década de 1980, quando ocorreram transformações socioculturais que provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional, que o Ensino Religioso foi alterado. Em função dos promulgados ideais de democracia, inclusão social e educação integral, vários setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares.[110]

A conquista histórica para o Ensino Religioso foi a sua separação entre Igreja e Estado assegurada na Constituição Federal de 1988 que permitiu, motivou e potencializou a sua construção como disciplina escolar, separada da doutrinação religiosa e nem confundida com o ensino de uma ou mais religiões, buscando reconhecer a liberdade e a pluralidade espiritual. Neste sentido, permitiu contextualizar o cenário abordando a tolerância a todos os cultos e inibindo manifestações oficiais sobre a validade de qualquer posição religiosa.[111]

Essa conquista foi proporcionada em decorrência da mobilização de professores e coordenadores da disciplina que formavam o Fórum de Defesa da Escola Pública e de entidades organizadas como a Associação Interconfessional de Educação de Curitiba, (ASSINTEC), o Conselho das Igrejas para Educação Religiosa (CIER) de Santa Catarina e o Instituto Regional da Pastoral de Campo Grande (IRPAMAT), entre outros. As reivindicações eram para garantir um Ensino Religioso como direito do educando e dever do estado.[112]

Nesse sentido, o artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 dispõe que a religião é direito individual; no artigo 6º, aduz que a educação e o direito social também são direitos dos cidadãos. O art. 210, §1º do mesmo diploma legal abarca o ensino religioso no espaço, ao mesmo tempo, público, como por exemplo nas escolas e no espaço privado inerente a liberdade de consciência.

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988, além da manutenção do critério de facultatividade, têm-se definições acerca dos requisitos docentes para a disciplina e do respeito

[109] CABRAL, Gertudes Rosa de Souza. *O objetivo da LDB 9394/96 em relação ao Ensino Religioso e a formação da cidadania*. Tese (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014, p. 37.
[110] BRASIL, 2018, p. 235.
[111] JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002. p. 54.
[112] CABRAL, 2014, p. 37.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

à liberdade de cultos religiosos. Seguindo praticamente as outras constituições federais e atendendo à pressão de grupos religiosos, o ensino religioso foi incluído como um dispositivo constitucional de caráter facultativo.[113]

É importante ressaltar, contudo, que a redemocratização trouxe novos desafios para o Brasil. Atualmente, o conservadorismo continua atravessando as diversas esferas sociais, às vezes com mais, às vezes com menos evidência. Em cenários fecundos e liberais, pautas de direitos humanos, liberdade e igualdade influenciam os diversos setores da política e embasam diversas diretrizes sociais, econômicas e educacionais.[114]

No dia 20 de dezembro de 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.396/1996. Referida lei enfatizou a existência da diversidade no Brasil, bem como a pluralidade cultural[115]. Com base nisso, previu princípios que devem ser observados no ensino, entre eles, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (inciso II), o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas (inciso III), o respeito à liberdade e apreço à tolerância (inciso IV), a consideração com a diversidade étnico-racial (inciso XII, incluído pela Lei n. 12.796, de 2013) e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (inciso XIV, incluído pela Lei n. 14.191, de 2021).[116]

Nela, o art. 33 que trata do Ensino Religioso repetiu práticas confirmadas desde o Brasil colônia sem considerar avanços quanto a linguagem, identidade e novas posturas e práticas do cotidiano de professores. Nesse sentido, movimentos de professores e em extensão, de várias representações de segmentos da sociedade envolvidos na compreensão de um ER de diálogo com o diferente, de respeito pela liberdade religiosa, conseguem a implementação de uma nova lei que altera a redação do art. 33 da LDB.[117]

Anteriormente, o art. 33 previa que o ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter: I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou II - interconfessional,

[113] AFFONSO *et al*., 2021, p. 241.
[114] AFFONSO *et al*., 2021, p. 245.
[115] CABRAL, 2014, p. 40.
[116] BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. [*online*].
[117] CARON, Lurdes; MARTINS FILHO, Lourival. Ensino religioso: uma história em construção. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BNCC*. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 56.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.

Essa previsão gerou conflito em razão da desigualdade para com as diversas igrejas e a condução do Estado, uma vez que a subvenção seria desproporcional à demanda. De acordo com o texto, o Ensino Religioso era considerado confessional, tendo em vista que era ministrado de acordo com a preferência e o credo do aluno ou de seus familiares. Nesse contexto, os docentes seriam orientados e dirigidos pelas igrejas que fossem convenientes pertencentes ao credo escolhido. Quanto ao caráter interconfessional, a disciplina era dirigida por professores que eram apontados após um acordo entre várias entidades religiosas.[118]

Além disso, o artigo previa que a disciplina seria ofertada sem ônus para os cofres públicos. Diante desse cenário, surgiram discussões e pleitos no sentido da necessidade de o Ensino Religioso ser rediscutido, tendo em vista que, apesar de todo o esforço, o texto legal não garantia ao Ensino Religioso o mesmo tratamento dado às demais disciplinas quando tratava a responsabilidade do estado que não cuidaria da organização, sistematização e a prática pedagógica da disciplina na escola.[119]

Em janeiro de 1997, o ministro da educação, Paulo Renato, convocou integrantes de denominações religiosas diferentes para debater o tema, considerando que o disposto na LDB não se encontrava em conformidade pelo estabelecido na Constituição Federal. Com isso, volta a ser debatida a antiga questão da separação entre o Estado e a Igreja. A ideia governamental era que o Ensino Religioso deixasse de ser confessional para ser um ensino para a formação de valores do ser humano[120]. Dessa maneira, o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sofreu alterações.

Com a nova redação do art. 33 pela Lei n. 9.475, de 22 de julho de 1997, passa-se a prever:

> Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)
> § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)
> § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).[121]

[118] CABRAL, 2014, p. 41.
[119] CABRAL, 2014, p. 42.
[120] CABRAL, 2014, p. 43.
[121] BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. [*online*].

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Por meio da redação do artigo, o Ensino Religioso é modelado como área de conhecimento, passando a figurar como foco de pesquisa e reflexão, sendo concebido dentre as outras disciplinas como componente curricular. Além disso, a Lei prevê que a disciplina deve ocorrer por meio de articulações plurais e multifacetadas.[122]

Desta feita, observa-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reconhece o Ensino Religioso e define que este ensino nas escolas de Ensino Fundamental é parte integrante da formação básica do cidadão, tendo matrícula facultativa e devendo ser multiconfessional, o que significa que todas as religiões devem ter as mesmas oportunidades de estudo. O Ensino Religioso é estabelecido como área de conhecimento.[123]

Com esta nova redação do Artigo 33, o ER passou a fazer parte da formação básica do cidadão, exigindo uma visão mais ampliada desse processo, especialmente no que se refere ao respeito à diversidade cultural e religiosa. Todavia, mesmo vedando proselitismo é mantido o caráter facultativo em relação à matrícula do aluno, fato que parece contraditório e, muitas vezes, alimenta resistência dos estudantes em participar das aulas gerando desafio aos professores, conforme constatado na pesquisa.[124]

Com isso, tanto a Constituição Federal, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabeleceram os princípios e os fundamentos que devem alicerçar epistemologias e pedagogias do Ensino Religioso, cuja função educacional, enquanto parte integrante da formação básica do cidadão, é assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa, sem proselitismos.[125]

A LDB, embora sinalize a relevância da disciplina de Ensino Religioso, não indica como ele precisa ser desenvolvido e quais conteúdos devem constituí-lo. Então, os Conselhos de Ensino Religioso (CONERS) têm assessorado as secretarias de educação dos estados e municípios. A indicação tem sido construir planos de ensino que superem a cristianização e as concepções religiosas tradicionais e que ressaltem o caráter plural das religiões. Um dos desafios é superar os preconceitos da modernidade com a religião, visto que existe a concepção de que o estudo do fenômeno religioso está vinculado à doutrinação eclesiástica.[126]

A partir dessa importante Lei, a educação escolar passa a contemplar a pluralidade social e política. A escola aparece como campo de formação de pensamento crítico, e não mais dentro de uma perspectiva de doutrinação (a qual encontrava-se muito presente no contexto da ditadura

[122] CABRAL, 2014, p. 41.
[123] SALLA, Fernanda. *Ensino Religioso e escola pública*: uma relação delicada. Nova Escola: 2013. p. 18.
[124] ARAUJO, 2021, p. 140.
[125] BRASIL, 2018, p. 238.
[126] AFFONSO *et al*., 2021, p. 241.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

militar). A pedagogia emancipatória e crítica contorna as ações dos professores e das instituições. O ensino religioso também começa a ser influenciado por essa perspectiva, de modo que a explanação sobre a religião começa a contemplar a diversidade religiosa e a respeitar a opção dos alunos.[127]

Pauly descreve que este posicionamento da Constituição Federal de 1988 é ambígua e implica em um dilema epistemológico e, por este motivo, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) busca meios de superar este dilema da seguinte forma: a) Proibição do proselitismo; b) Frequência optativa; c) Não-integralização da carga horária da disciplina nas 800 horas; d) Concessão do direito à audição pelo sistema de ensino de entidade civil representativa das igrejas.[128]

O autor ainda sugere que nessas medidas não resolvem o dilema em questão já que no artigo 19 da Constituição Federal o sistema de ensino republicano pressupõe separação entre Igreja e Estado. Atrela-se a isto o mencionado, segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que a Educação é direito universal e dever do poder público.[129]

Importante mencionar que a disciplina de Ensino Religioso continua lutando incessantemente, buscando a sua afirmação no contexto escolar, pretendendo assegurar que a disciplina seja componente curricular em uma perspectiva pedagógica. Mesmo a legislação Brasileira dando voz ao ER no contexto escolar, o Ministério da Educação (MEC) não assume e não sustenta a proposta do ER, deixando aos estados a responsabilidade de construir seus programas curriculares, sem uma diretriz comum.[130]

Os professores mais engajados com políticas públicas e relações de pluralidade e igualdade defendem um ensino religioso que contemple a história das religiões, o sentido do fenômeno religioso e a importância da religião para a construção do sentido de vida. A religião, portanto, é vista com lentes distintas daquelas da doutrina católica e passa a contemplar o aspecto e a influência das relações históricas no País.[131]

Quando então abordamos a temática, é importante ressaltar que na história educacional brasileira existem significativas experiências no percurso do Ensino Religioso, onde reflexões

[127] AFFONSO *et al.*, 2021, p. 241.
[128] PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 27, p. 172-182, 2004. p. 178.
[129] PAULY, 2004, p. 33.
[130] GONÇALVES, Jorge Carvalho. *A gestão escolar perante ao desafio em ofertar o componente curricular Ensino Religioso na escola pública*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018, p. 17.
[131] AFFONSO *et al.*, 2021, p. 258.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

sobre a identidade e a prática desse ensino foram propostas pela Universidade Federal de Juiz de Fora na década de 70 buscando solucionar falhas e conflitos nesta área. Houve uma tentativa de nortear uma abordagem epistemológica frente aos princípios apontados pelo Ministério da Educação nas diretrizes gerais da educação básica baseadas na relação humana como possuindo a essência das relações.[132]

Ressalta-se como ponto importante é que o Ensino Religioso, no percurso histórico, foi garantido no ambiente escolar em detrimento das várias Constituições do Brasil que de tempos em tempos veio sofrendo alterações e impactos das discussões em sua temática, cujos conteúdos e diretrizes, bem como os objetivos foram permeados pelas influências filosóficas, políticas e jurídicas tanto no âmbito nacional quanto internacional.[133]

A discussão sobre esse componente da grade curricular, hoje, ainda alvo de controvérsias e polêmicas no que diz respeito a sua relevância no âmbito da escola pública laica, não deveria se pautar pelo lastro histórico de confessionalidade, tendo em vista que já existem modalidades de oferta dessa disciplina que negam o privilégio de qualquer discurso religioso, em favor de uma proposta que visa à compreensão da diversidade e preservação do pluralismo de ideias e de crenças religiosas.[134]

É importante mencionar que as instituições de ensino possuem autonomia para estabelecer os critérios de contratação de professores, desde que sejam resguardadas as condições legais para o exercício do magistério. Além disso, deve-se também estender a rede de apoio e escuta a entidades da sociedade civil vinculadas às diferentes denominações religiosas, a fim de construir a base de conteúdos a serem ministrados. Isso indica que o poder discricionário dos agentes no processo de contratação e delimitação de conteúdos e horários é amplo.[135]

Em 07 de abril de 1988, foi editada a Resolução CEB nº 02, a qual estabelece a base curricular comum do ensino fundamental e propõe um modelo de ensino integrado com as outras disciplinas que dê conta de abranger aspectos da diversidade humana. Posteriormente, no mesmo ano, foi publicado, em junho, o Parecer CNE nº 16, o qual reforça a autonomia dos sistemas de ensino para organizar o currículo e a carga horária da disciplina de ensino religioso. Ainda, em 06 de abril de 1999, editou-se o Parecer CP nº 97, que aborda a formação dos

[132] SIQUEIRA, Giseli do Prado. *O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil*: implicações epistemológicas em um discurso conflitivo, entre a laicidade e a confessionalidade num estado republicano. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p. 44.
[133] SIQUEIRA, 2012, p. 46.
[134] PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso*: Construção de Uma Proposta. São Paulo: Paulinas: 2007, p. 67.
[135] AFFONSO *et al*., 2021, p. 250.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

professores que ministram a disciplina de ensino religioso. Historicamente, os professores foram pessoas vinculadas a determinadas religiões, principalmente à católica.

Em 1º de julho de 2015, foram editadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores. O advento dessas Diretrizes do curso de graduação de Ciências da Religião, foi fundamental para complementar o percurso do Ensino Religioso em articulação com a formação de professores para essa área específica. As DCNs contribuem para o entendimento e exemplificação dos conteúdos das diferentes unidades temáticas do Ensino Religioso, portanto, para o exercício da docência em Ensino Religioso por meio de fundamentação científica própria das Ciências das Religiões.[136]

Seguindo na linha de propostas de modificações institucionais, a partir de 1998, diversas deliberações foram promovidas durante os Seminários Nacionais de Formação de Professores para o Ensino Religioso (SEFOPERS). Propostas passaram a ser formuladas e encaminhadas ao CNE no sentido de promover o desenvolvimento das DCNs para curso de graduação em ciências da religião/licenciatura em ensino religioso, até que, em 15 de dezembro de 2018, foi aprovada a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica, a partir da Resolução CNE/CP nº 02. Assim, o Ensino Religioso passou a fazer parte da base e, consequentemente, possuir uma diretriz nacional com conteúdos e competências correspondentes.[137]

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) reconheceu o Ensino Religioso no ensino fundamental da educação básica como uma das cinco áreas do conhecimento, bem como seu componente curricular. O conhecimento religioso é o objeto de estudo do Ensino Religioso e, por isso, é necessário caracterizá-lo a partir de sua historicidade, de sua importância na construção da paz e da sua relação com o diálogo inter-religioso.[138]

O surgimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é mais uma porta que se abre para esse componente curricular, através desse novo olhar, focando a diversidade cultural religiosa do Brasil, bem como o respeito à laicidade do Estado Brasileiro.

Coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE) o papel de propor e definir as diretrizes do Ensino Religioso no âmbito da BNCC, tanto do ponto de vista conceitual, quanto

[136] GARCIA, Gilberto. Prefácio. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BCC*. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 10.
[137] AFFONSO *et al*., 2021, p. 322.
[138] FERREIRA, Gabriel Bonesi; SANTOS, Valter Borges dos; DIONIZIO, Mayara Joice; RAUTMANN, Robert; SANCHES, Sidney de Moraes; CANFIELD, Ráisa Lammel; GRECO JUNIOR, Raul. *Epistemologia do fenômeno religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021. p. 133.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

de sua perspectiva didático-pedagógica, inserindo definitivamente a disciplina no contexto político-pedagógico geral da BNCC.[139]

Referido documento fornece orientações curriculares básicas comuns que devem ser ofertadas a todos os estudantes no Brasil, também prevendo as competências gerais e específicas, bem como as habilidades para cada componente curricular da educação básica. Nesse documento, também é possível encontrar as competências específicas do Ensino Religioso, que, articuladas com as competências gerais, proporcionam uma educação integral que permite ao aluno uma educação voltada para a multidimensionalidade da condição humana, preparando-o para a socialização e para a ação autônoma em um mundo pós-moderno que exige competências gerais e aprofundamentos específicos na solução de problemas sociais e profissionais.[140]

Entretanto, importante mencionar que a laicidade do Estado Brasileiro no âmbito do componente curricular ER implica considerar que esta expressão não designa, necessariamente, desconsiderar a existência das práticas religiosas ou sua inexistência na sociedade. Pelo contrário, sinaliza que é necessário articular o trabalho de modo abrangente, contemplando as diversas experiências vivenciadas pela humanidade, especialmente, partindo das experiências dos próprios estudantes quer sejam religiosas, ou não. Tais experiências práticas devem ser trabalhadas no cotidiano escolar propiciando uma convivência harmoniosa, em qualquer situação.[141]

Dessa maneira, deve-se considerar que o componente curricular de Ensino Religioso é caracterizada por aspectos de uma educação laica e, por esse motivo, deve abordar aspectos históricos, culturais, simbólicos e valorativos das diferentes religiões.[142]

2.2 O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular

Nos dias atuais, é possível notar a presença do Ensino Religioso nas escolas, e isso ocorreu devido a avanços na legislação e na forma de enxergar o ER oriundo da cultura europeia e implementada no Brasil Colônia. Apesar de existir hoje no currículo escolar, é notório suas dificuldades de implantação e principalmente a qualidade de oferta estando atrelado a falta de

[139] GARCIA, 202, p. 12.
[140] AFFONSO *et al*., 2021, p. 306.
[141] ARAUJO, 2021, p. 138.
[142] AFFONSO *et al*., 2021, p. 315.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

qualificação de profissionais, limitação por parte de religiões mais praticadas e fatores culturais, históricos e sociais.

O Ensino Religioso no sistema escolar brasileiro vem despertando o interesse de grupos religiosos e educadores da área. O ER é uma das disciplinas mais antigas no currículo escolar do país, mas, apesar disso, o Estado nunca conseguiu implementar uma diretriz nacional curricular para essa disciplina. O que assistimos ao longo da história foi uma ação pedagógica de doutrinação religiosa com forte viés de igrejas hegemônicas, com destaque para a Igreja Católica. A educação ficou refém de grupos religiosos, que difundiam no espaço escolar suas crenças e ideologias.[143]

Assim, fruto de uma luta de décadas, que envolveu inúmeras e inúmeros educadoras e educadores, finalmente o ER ganhou cidadania ao ser integrado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE à BNCC e aos Currículos Referências estaduais, bem como por terem sido criadas, por esse mesmo CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Ciências da Religião, curso que oficialmente forma os docentes desse Ensino.[144]

Assim, em razão do reconhecimento do Ensino Religioso como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, foram elaboradas propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.[145]

Dessa maneira, constituído pela BNCC como uma área do conhecimento, o Ensino Religioso possui objetivos, habilidades e competências que devem ser ensinadas aos estudantes durante o processo formativo. Ao analisar as competências, habilidades, conhecimentos e saberes dessa área, percebe-se a intencionalidade educacional voltada ao educar para a paz, uma vez que estão fundamentados no reconhecimento das diferenças, na valorização do diálogo e na alteridade, bases dos Direitos Humanos.[146]

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, o Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades

[143] AFFONSO *et al*., 2021, p. 241.
[144] BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Ensino Religioso: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O Ensino Religioso e a sala de aula*. Florianópolis: Fogo/Amar, 2021, p. 61.
[145] BRASIL, 2018. p. 249.
[146] FERREIRA *et al.*, 2021, p. 140.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade.[147]

Atualmente, o Ensino Religioso é uma disciplina caracterizada por aspectos de uma educação laica. Por isso, deve abordar aspectos históricos, culturais, simbólicos e valorativos das diferentes religiões[148]. Além disso, o Ensino Religioso é importante e parte integrante para a formação básica de todo cidadão, tendo em vista que não se pode reduzir a escola e à educação tão somente à perspectiva de preparação para o trabalho. Primeiramente, deve-se pensar uma educação inclusiva e integral, em que todas as habilidades cognitivas são consideradas importantes, das diversas linguagens – das línguas, do lúdico na arte e do corpo –, da Matemática, das ciências da natureza, das ciências humanas do espaço-tempo, através da História e da Geografia.[149]

Dessa maneira, o ER deve fazer parte do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Esse projeto deve estar vinculado à melhoria da escola, da comunidade, do aluno. Isso providenciará mudanças educativas, beneficiando toda a comunidade, tendo em vista que a existência das escolas só tem sentido a partir de sua função social e educativa.[150]

Isso porque é possível verificar que a disciplina de Ensino Religioso, quando ministrada adequadamente no contexto escolar, permite a disseminação de uma cultura de paz, de valores, de respeito e de diálogo[151], contribuindo para uma sociedade justa, solidária, baseada no respeito, alteridade e convivência harmônica.

O componente curricular de Ensino Religioso, em uma visão transdisciplinar, não deve ter a finalidade de transpor conteúdos enciclopédicos e muito menos doutrinais para um ensino catequético, mas sim o desenvolvimento de processos de aprendizagem participativos, de construção de conhecimentos significativos através de projetos de pesquisa, em conexão com as pautas de estudo e engajamento dos cientistas da religião.[152]

Entretanto, importante mencionar que a laicidade do Estado Brasileiro no âmbito do componente curricular ER implica considerar que esta expressão não designa, necessariamente, desconsiderar a existência das práticas religiosas ou sua inexistência na sociedade. Pelo

[147] BRASIL, 2018, p. 256.
[148] AFFONSO; CANFIELD; MÖBS; SANTOS; SILVA, 2021, p. 245.
[149] BAPTISTA, Paulo Agostinho N. *Ensino Religioso*: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O Ensino Religioso e a sala de aula.* Florianópolis: Fogo/Amar, 2021. p. 54.
[150] AFFONSO *et al.*, p. 242.
[151] SILVA; FONSECA; HOLMES, 2021, p. 75.
[152] ARAGÃO, 2021, p. 16.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

contrário, sinaliza que é necessário articular o trabalho de modo abrangente, contemplando as diversas experiências vivenciadas pela humanidade, especialmente, partindo das experiências dos próprios estudantes quer sejam religiosas, ou não. Tais experiências práticas devem ser trabalhadas no cotidiano escolar propiciando uma convivência harmoniosa, em qualquer situação.[153]

Dessa maneira, deve-se considerar que a disciplina de Ensino Religioso é caracterizada por aspectos de uma educação laica e, por esse motivo, deve abordar aspectos históricos, culturais, simbólicos e valorativos das diferentes religiões.[154]

No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, a disciplina busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. Em razão disso, a interculturalidade e a ética da alteridade constituem fundamentos teóricos e pedagógicos do Ensino Religioso, porque favorecem o reconhecimento e respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores de diferentes culturas, tradições religiosas e filosofias de vida.[155]

Nesse sentido, o Ensino Religioso no Ensino Fundamental deve ser proposto a partir de métodos dialógicos que partam da ciência, da pesquisa e de pressupostos filosóficos como princípios norteadores nos processos educativos. Com isso, para além das competências específicas, os conteúdos devem ser desenvolvidos com base na desconstrução de preconceitos e formas depreciativas de enxergar e conviver com o outro, com o que é considerado diferente, dando ênfase à pluralidade religiosa existente no Brasil e suas manifestações.[156]

Isso porque a religião faz parte da vida de milhares de pessoas e com seus credos baseiam e orientam suas vidas, não há como negarmos este fato, por isso mesmo se faz tão necessário oportunizar o diálogo no ambiente escolar, discutindo questões referentes ao respeito às diferenças e à igualdade. Assim, o Ensino Religioso está presente nas escolas e sistemas de ensino, o que favorece o conhecimento das tradições culturais religiosas, além de atender a necessidade do constante exercício da paz.[157]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

---

[153] ARAUJO, 2021, p. 138.
[154] AFFONSO *et al*., 2021, p. 315.
[155] BRASIL, 2018, p. 249.
[156] AFFONSO *et al*., 2021, p. 317.
[157] SILVA, José Carlos Cezar; SILVA, Maria da Penha Lima da. A perspectiva da disciplina de Ensino Religioso na construção de uma cultura de paz no Ensino Regula. In: MARANHÃO, Fº. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021. p. 63.

Além disso, Cruz defende que a adoção de atividades lúdicas, como metodologia de ensino, é uma das estratégias de despertar o interesse dos estudantes pelas atividades escolares o que contribui para um melhor desempenho das habilidades a serem desenvolvidas por eles e elas. Assim, para a autora, a utilização de jogos e atividades lúdicas no processo de aprendizagens tem significativa contribuição na interação entre estudantes e professores, e assim a construção da aprendizagem favorece numa prática envolvente e atraente para estes, detalhando que há sempre o respeito a nossa diversidade cultural religiosa.[158]

Dessa maneira, devem ser consideradas as estratégias lúdicas para a ação pedagógica no cotidiano escolar com o componente curricular de Ensino Religioso. Tais reflexões almejam que a escola responda, não apenas os estudantes que ingressam em busca de saberes, mas aos desafios que lhes são atribuídos na formação de cidadãos que juntos promovem a diversidade e o respeito como elemento significativo no processo de construção da aprendizagem.[159]

Desta feita, em decorrência das mudanças na legislação de ensino, atualmente há um novo olhar sobre o ER que proporcionou grandes discussões focalizando a parte pedagógica no processo de ensino e aprendizagem dentro do contexto escolar.[160]

A religião, enquanto instituição, possui um papel fundamental no meio social, pois leva à formação de diferentes modos de compreender e enxergar o mundo e os fenômenos. Nesse sentido, o reconhecimento da pluralidade de cosmovisões formadas pelas religiões deve compor os currículos e conteúdo de Ensino Religioso, pois essa é também uma forma de reconhecimento e compreensão das identidades e alteridades interculturais existentes no espaço escolar e comunitário.[161]

Portanto, torna-se necessário o uso de diversas metodologias para o aprofundamento dos fenômenos religiosos, de suas diferentes formas e sentidos, das crenças teológicas que moldam as concepções de vida humana e de morte. Essas concepções surgem das diferentes filosofias e dos pressupostos metafísicos sobre a criação do mundo, mas que podem ser analisadas a partir de metodologias científicas próprias das ciências humanas e sociais, que investigam os fenômenos religiosos a partir de suas próprias especificidades culturais e sociais.[162]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

---

[158] CRUZ, Simone Simões da. Ensino Religioso: da teoria à prática na sala de aula. In: MARANHÃO, Fº. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021. p. 121-134. p. 125.
[159] CRUZ, 2021, p. 131.
[160] HOLMES, Maria José Torres. Desafios e perspectivas em sala de aula. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O Ensino Religioso e a sala de aula*. Florianópolis: Fogo/Amar, 2021. p. 46.
[161] AFFONSO *et al*., 2021, p. 134.
[162] CAES, 2019 *apud* AFFONSO *et al*., 2021, p. 125.

Nos termos da BNCC, considerando os marcos normativos e em conformidade com as competências gerais estabelecidas, a disciplina do ER deverá atender aos seguintes objetivos:

> a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
> b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
> c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.[163]

Além disso, a BNCC reconhece que o conhecimento religioso é produzido no âmbito de diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, cabendo ao ER tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, o que implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.[164]

Nesse contexto, o ensino religioso pode colaborar com a mudança de mentalidade que nossa sociedade almeja no tocante a uma convivência onde o outro pode ter sua liberdade religiosa ou não-religiosa assegurada como garante a lei. Nas escolas, o ensino religioso deve ser uma disciplina que promova o aprendizado dos alunos, assim como os demais aspectos de pressupostos morais.[165]

Isso poque é importante compreender as múltiplas dimensões implícitas no processo de formação humana, pois, o desenvolvimento de conteúdo, também abrange relações interpessoal e intrapessoal. Assim, considerando a relevância deste aspecto na formação humana e no contexto educacional, é comum observar que, muitas vezes, a dimensão espiritual é confundida com a religião ou religiosidade, em particular.[166]

Dessa maneira, ao longo do tempo, as normativas constitutivas do Ensino Religioso foram sendo direcionadas a um modelo de ensino capaz de contribuir para o fortalecimento do respeito às diferenças, o desenvolvimento do conhecimento sobre a pluralidade religiosa e o respeito às diferentes cosmovisões. Essas questões fazem parte da cultura brasileira e são manifestadas no cotidiano das instituições escolares, muitas vezes gerando formas de

[163] BRASIL, 2018, p. 244.
[164] BRASIL, 2018, p. 244.
[165] SILVA; SILVA, 2021, p. 66.
[166] ARAUJO, 2021, p. 138.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

discriminação, preconceito e violência pelo desconhecimento das diversidades. O Ensino Religioso é, portanto, uma disciplina que pode fazer parte da construção de um pensamento empático no que se refere às relações de alteridade e à convivência em grupo. Por isso, é também um campo que tem se aproximado dos discursos em prol dos direitos humanos.[167]

Portanto, compete ao profissional do Ensino Religioso buscar constantemente expandir a compreensão sobre esta dimensão do ser e unir, mas não confundir com as práticas religiosas. Ou seja, filtrar no seio de todas as experiências ligadas à religiosidade, ou não, o lado espiritual do ser em suas ações e interações. Para tanto, um caminho a seguir é atentar para as diretrizes legais que fundamentam à prática pedagógica do ER.[168]

O profissional do ER deve estar atento ao diálogo interdisciplinar, deve manter um diálogo com as demais ciências e crenças religiosas. É fundamental ter a capacidade de refletir e analisar a realidade, assim como abrir-se à dimensão ecumênica e inter-religiosa. O profissional também deve estar atento ao cotidiano da escola, tanto nas práticas pedagógicas quanto nas políticas educacionais.[169]

É competência do educador, portanto, "trilhar caminhos, fazendo pontes necessárias, lutar contra as imposições para poder trabalhar em sala de aula e assim prevalecer o respeito, a dignidade, o diálogo, a interação entre aluno e professor"[170]. Isso permitirá com que os alunos entendam a existência de uma diversidade cultural e religiosa no Brasil e no mundo, e aprendam a conviver nesse cenário, mediante o respeito mútuo.

Nesse sentido, o Ensino Religioso não é um conhecimento cognitivo que se esgota nele mesmo, mas direciona para a prática, iniciando no espaço escolar, mas que ensejam uma compreensão da vida que se aplique nos lugares extramuros escolares. O professor da disciplina, dessa maneira, deve ser capacitado para atender a essa demanda na ação prática e na aprendizagem dos alunos.[171]

Assim, o Ensino Religioso deve ser tempo e espaço de reflexões críticas sobre os conhecimentos religiosos e as filosofias de vida da humanidade, da brasilidade e da regionalidade. Preocupa-se com as atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades e todo tipo de diversidade. Deve ser espaço de aprendizagem e partilha de experiências pedagógicas, de trocas e intercâmbios permanentes. De convivência da diversidade, de acolhimento das identidades, sejam elas culturais, espirituais, religiosas ou não religiosas, de gênero, enfim, da

[167] AFFONSO *et al.*, 2021, p. 306.
[168] ARAUJO, 2021, p. 138.
[169] AFFONSO *et al.*, 2021, p. 254.
[170] SILVA; FONSECA; HOLMES, 2021, p. 80.
[171] FERREIRA *et al*., 2021, p. 144-145.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

riqueza biodiversa. E, tudo isso, sob o horizonte da interculturalidade, dos direitos humanos, que precisam ser ampliados, e da cultura da paz.[172]

O espaço escolar deve promover o combate às diferentes formas de discriminação e intolerância religiosa que vemos manifestadas atualmente. Esse trabalho é possível a partir de estratégias pedagógicas que busquem o reconhecimento e o respeito às histórias, memórias, crenças, convicções e valores das diferentes culturas e tradições religiosas, tendo como base a promoção da cultura de paz, tal como previsto nas competências específicas do ensino religioso. Com isso, a educação pode ser manifestada de forma a transcender as violências existentes no campo simbólico e físico que ocorrem quando o assunto é religião, promovendo em seu lugar uma cultura de paz e tolerância dentro do processo educacional.[173]

Assim, ao ministrar a disciplina de Ensino Religioso, é preciso observar os princípios constitucionais e legais, os quais obrigam os educadores a se pautarem pelo respeito às diferenças religiosas e à liberdade de crença, de expressão e de culto, reconhecendo a igualdade e a dignidade de toda pessoa humana. Nesse sentido, os conteúdos devem contemplar todas as religiões, de forma plural.[174]

É na vivência do Ensino Religioso que se aprende e se demonstra uma atitude que dá estabilidade, abordando vários temas educativos relacionados à diversidade cultural e religiosa do nosso país e, ao mesmo tempo, apresentando, no processo de ensino e aprendizagem, que as religiões podem ser fontes de espaços para o diálogo e, principalmente, de respeito e humanização para não se transformem em fontes de opressão e exclusão, seguindo o caminho da intolerância e do desrespeito para com as diferenças.[175]

Nesse sentido, o docente deve usar o espaço que lhe reserva de autonomia que a escola permite a fim de estabelecer conexão com os estudantes, mesmo diante da dificuldade de encontrar materiais didáticos e recursos pedagógicos, que, nessa área, ainda são limitados e escassos. Estabelecer essas portas de acesso ao estudante por meio da conversação, do respeito mútuo, da cooperação estudante-docente, pode permitir a construção de conscientização e ação para promoção da paz.[176]

Dessa maneira, a educação precisa buscar meios atualizados e inovar cada vez mais, oferecendo condições ao estudante para que ele descubra a si mesmo e se afirme sempre mais

[172] BAPTISTA, 2021, p. 48.
[173] AFFONSO *et al.*, 2021, p. 298
[174]AFFONSO *et al*., 2021, p. 299.
[175] HOLMES, 2021, p. 65.
[176] FERREIRA *et al.,*2021, p. 145.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

em uma formação global, que inclua também a educação religiosa e os estudos sobre o pluralismo cultural e ético.[177]

No espaço da organização escolar, é indispensável que o educador desenvolva, de maneira simultânea, uma prática pedagógica crítica e construtiva que permita ao estudante aprender a desvendar o tecido social que o cerca.[178]

Dessa forma, a disciplina de Ensino Religioso é uma transposição didática, passível de ser alcançada cognitivamente pelos educandos, do saber científico do conhecimento religioso, produzido pela área das ciências da religião. A produção do conhecimento religioso, se dá, na análise e na pesquisa das manifestações religiosas em dois momentos, a saber: (a) primeiramente pela vivência e experiência religiosa; e, (b) em segundo lugar, o pensar e organizar da experiência vivenciada religiosamente, materializadas na organização religiosa tais como normas, teologias e relações de poder, por exemplo.[179]

Nesse âmbito, é relevante mencionar as ideias de Michel Foucault a respeito do poder. Para o filósofo, a concepção de poder deve ser entendida como relação, a qual encontra-se associada com a ideia de força, e relacionada com o campo de experiência histórica das lutas sociais e seu desdobramento no plano ético, ética como liberdade, criada nos interstícios entre minoridade, maioridade e autonomia[180]. Assim, o poder é definido como a aptidão ou a possibilidade de agir e de produzir efeitos sobre determinados indivíduos ou grupo de indivíduos.[181]

Nesse sentido, o conhecimento religioso permite que se estabeleçam organizações materializadas na experiência religiosa, nas normas e nas relações de poder. Todo esse processo representa a trajetória da disciplina de Ensino Religioso como área de conhecimento sustentada pela dimensão antropológica (diversidade cultural e religiosa), pela dimensão epistemológica (como campo específico do conhecimento) e, consequentemente, pela autonomia teórica e metodológica, com identidade pedagógica própria.[182]

Assim, decorridos 22 anos da promulgação da Lei n. 9.745, de julho de 1997, que alterou o art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a disciplina de Ensino Religioso continua em movimento horizontal, vertical e girando para todos os lados. Esse movimento

[177] AFFONSO *et al.,*2021, p. 277-278.
[178] AFFONSO *et al.,*2021, p. 278.
[179] FERREIRA *et al.,*2021, p. 135.
[180] FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Foucault*: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 295.
[181] BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 933.
[182] AFFONSO *et al.,* 2021, p. 216.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

permanente do ER é a tradução de um componente curricular vivo e dinâmico nas escolas de educação básica do Brasil. Muda-se a legislação, a política curricular, mas permanece a prática de professores comprometidos com este saber do currículo nacional que pode contribuir na feitura de um mundo mais inclusivo e solidário.[183]

No entanto, a questão do Ensino Religioso, legal e expressamente aceito como disciplina integrante dos currículos das escolas públicas de forma não confessional, voltou a aparecer no debate público em 2017. No referido ano, o Supremo Tribunal Federal (STF), respondendo a questionamentos relacionados a trechos da LDB e ao acordo firmado entre Brasil e Santa Fé (Decreto n. 7.107, de 11 de fevereiro de 2010), defendeu a constitucionalidade do ensino religioso confessional na rede pública de ensino. O princípio de laicidade, a coibição ao proselitismo, a liberdade de crença e a facultatividade ficaram mantidos; o que mudou é que o aluno que optar por cursar a disciplina poderá escolher uma crença preferida, e a escola deverá disponibilizar professores vinculados à religião escolhida para ministrar aulas direcionadas.[184]

Assim, fruto de uma luta de décadas, que envolveu inúmeras e inúmeros educadoras e educadores, finalmente o ER ganhou cidadania ao ser integrado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE à BNCC e aos Currículos Referências estaduais, bem como por terem sido criadas, por esse mesmo CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Ciências da Religião, curso que oficialmente forma os docentes desse Ensino.[185]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

[183] CARON; MARTINS FILHO, 2020.
[184] AFFONSO *et al.,* 2021, p. 312.
[185] BAPTISTA, Paulo Agostinho N. *Ensino Religioso*: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. O Ensino Religioso e a sala de aula (Org.). Florianópolis: Fogo/Amar, 2021.

3 EDUCAÇÃO FÍSICA E ENSINO RELIGIOSO: DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA TOLERÂNCIA E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS

O presente capítulo busca analisar de que maneira os componentes curriculares de Educação Física e Ensino Religioso podem atuar conjuntamente para que promovam a tolerância e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Assim, primeiramente, analisa-se a intolerância religiosa nas escolas, buscando compreender o seu conceito, suas características e suas manifestações no cenário escolar. Posteriormente, pretende-se compreender a necessidade de uma atuação interdisciplinar entre a Educação Física e o Ensino Religioso no combate à intolerância e na promoção ao respeito às diferenças.

3.1 Intolerância religiosa nas escolas

A sociedade atual é caracterizada por sua diversidade, abrigando indivíduos com uma ampla gama de características físicas, psicológicas, valores culturais e histórias de vida. No entanto, mesmo diante dessa diversidade, algumas pessoas encontram-se à margem em relação ao acesso a recursos materiais e culturais[186]. Essa situação tem impulsionado situações de intolerância e violência.

A intolerância religiosa tem sido um tema preocupante no cenário atual, refletindo uma realidade em que diferenças religiosas são usadas como justificativa para o ódio e discriminação. Esse fenômeno ocorre em diferentes partes do mundo e afeta diversas comunidades religiosas, trazendo consequências negativas para a convivência pacífica e a liberdade de crença. A problemática da intolerância religiosa em uma sociedade plural é um desafio que exige reflexão e ação para promover a coexistência pacífica e o respeito mútuo. Em uma sociedade caracterizada pela diversidade de crenças e práticas religiosas, é essencial reconhecer a importância da liberdade de religião e combater qualquer forma de discriminação baseada nas convicções religiosas.

Ao discutir os desafios e possíveis soluções relacionados à intolerância religiosa, é essencial examinar o papel desempenhado pelas tradições religiosas e suas estruturas, bem como a manutenção das diferentes culturas. Isso não se trata apenas de uma abordagem intelectual ou racional, uma vez que a questão da intolerância religiosa vai além disso. Também

[186] PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del; DOMENICONI, Camila; AMARO, Livia; BENITEZ, Priscila; LAURENTI, Aline; PRETTE, Almir De. Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14, n. 1, p. 168-182, 2012. p. 169.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

envolve a consideração do pluralismo religioso, o que gera complexidade, pois os indivíduos muitas vezes estão acostumados com suas próprias convicções e ideias diversas.[187]

Os seres humanos, como seres culturais, históricos e sociais, caracterizam-se pela diversidade de seus aspectos físicos e de características individuais, de sua situação socioeconômica, de seus modos de expressão, de seus comportamentos, valores éticos, crenças e acordos estabelecidos de convivência social. Nessa diversidade, todas as pessoas possuem o direito de viver com dignidade e serem respeitadas em suas singularidades, tanto como indivíduos quanto como coletividade, e de desfrutar de oportunidades econômicas, sociais e culturais, livres do jugo do preconceito e da discriminação.[188]

O fenômeno religioso é uma dimensão complexa e parte do processo histórico-cultural que corresponde às necessidades básicas do ser humano. Quando o ser se percebe como integrante do cosmo e existente em uma totalidade, ele pode explorar e explicar suas origens, entendendo e influenciando sua história. Um fator essencial neste processo é a luta do ser humano para a sobrevivência e sua transcendência, construindo as mais variadas expressões culturais e acentuando a pluralidade das diferentes etnias e religiões.[189]

Uma sociedade plural abrange uma multiplicidade de visões de mundo, e isso inclui as diferentes religiões que coexistem em seu seio. Nesse contexto, é fundamental compreender que a diversidade religiosa enriquece a sociedade, trazendo diferentes perspectivas, experiências e contribuições para o diálogo cultural e social. No entanto, a intolerância religiosa pode colocar em risco essa convivência harmoniosa, minando os valores fundamentais de uma sociedade plural. O pluralismo que caracteriza os tempos atuais, antes de qualquer outra definição, manifesta-se a partir da noção de tolerância, e no reconhecimento moral e jurídico do direito à diferença.[190]

A pluralidade religiosa é um fenômeno que caracteriza a diversidade de crenças e práticas religiosas presentes em uma determinada sociedade ou região. Em um mundo cada vez mais globalizado, onde o contato entre diferentes culturas é cada vez mais intenso, a pluralidade religiosa se torna cada vez mais evidente e importante. No entanto, a coexistência pacífica de diferentes religiões nem sempre é fácil, e pode gerar conflitos e tensões, especialmente em

[187] SIMÕES, Anélia dos Santos Marvila; SALAROLI, Tatiane Pereira. O retrato da intolerância religiosa no Brasil e os meios de combatê-la. *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 5, n. 2, p. 411-430, 2017. p. 422.
[188] BRASIL, 2011, p. 6.
[189] GARUTTI, Selson. O ensino religioso no contexto escolar. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 11, n. 2, p. 131-143, 2006. p. 133.
[190] MIRAGEM, Bruno. Direito à diferença e autonomia: proteção da diversidade no direito privado em relação ao exercício individual das liberdades sexual e religiosa. In: In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coords.). Direito à Diversidade. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2015. p. 63

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

sociedades onde as diferenças religiosas são vistas como ameaças à identidade cultural ou à hegemonia de uma determinada religião.[191]

A intolerância ocorre porque integrantes de grupos privilegiados atribuem aos integrantes de outros grupos, de forma generalizada, características negativas, desqualificadoras e justificadoras das imposições e hostilidades características das mencionadas relações. Primeiramente, é importante reconhecer que a intolerância religiosa muitas vezes é alimentada por preconceitos enraizados e falta de compreensão sobre as diversas tradições religiosas existentes. A ignorância e o medo do desconhecido podem levar ao surgimento de estereótipos negativos, perpetuando uma visão distorcida e intolerante em relação às diferentes crenças. Além disso, questões políticas, sociais e econômicas podem contribuir para o aumento da intolerância, uma vez que certos grupos podem se utilizar da religião para fins de dominação ou manipulação.[192]

Portanto, essas manifestações de preconceito em diferentes graus estão influenciadas pelas condições históricas, culturais, educacionais, econômicas e legais que estejam em vigor em determinada época, incitando-as ou inibindo-as, e da intensidade dos conflitos associados a uma determinada época. O preconceito ocorre quando um determinado grupo evita contato com outro grupo, o que leva a excluir alguém da chance de usufruir de possibilidades, serviços e instituições dos quais nos valemos.[193]

Nesse cenário, surgem diversas situações de intolerância, preconceito, miscigenação, em razão do encontro de povos completamente diferentes, cada qual com suas peculiaridades, costumes, crenças e características próprias. Assim, é possível falar de manifestações preconceituosas de diferentes intensidades ou graus, ainda que isso não altere o fato de que elas compartilham uma mesma lógica, constituindo, portanto, um mesmo fenômeno.[194]

Essa intolerância possui um fundamento, ou seja, o de uma verdade sobre a qual se assenta a doutrina, o preconceito ou a ideologia que rejeita o valor do outro ou o próprio outro. Esse fundamento é entendido como verdade absolta (que não admite discussão e se impõe como norma inquestionável), como unidade (que rejeita as diversidades e não aceita ser interpretada de maneiras distintas), como imutabilidade (que nega as mudanças e se apresenta como verdade

[191] MIRAGEM, 2015, p. 64.
[192] ROSSOW, Beatriz Baptista Tesche; ALVES, Larissa dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. O preconceito acima de todos: racismo e relações de poder. In: NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Orgs.). *Representações sociais, identidade e preconceito*: estudos de psicologia social. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. p. 16.
[193] ROSSOW; ALVES; MENANDRO, 2019, p. 18.
[194] ROSSOW; ALVES; MENANDRO, 2019, p. 18.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

eterna que "sempre foi assim") e como ordem (que condena a desobediência e opera como regra única e segura).[195]

Os impactos da intolerância religiosa são profundos e abrangentes. Em níveis individuais, as pessoas que são alvo desse tipo de discriminação sofrem emocionalmente, vivenciando estigmatização, exclusão e até mesmo violência física. Além disso, a intolerância religiosa mina os fundamentos de uma sociedade pluralista e democrática, onde a diversidade de crenças e a liberdade de religião são valores fundamentais. A polarização e o conflito entre grupos religiosos podem levar a tensões sociais, enfraquecimento do tecido social e até mesmo a conflitos violentos.

A postura intolerante não nasce por geração espontânea e nem subsiste como uma convicção isolada, ainda que possa ser uma opção ou atitude individual. Mesmo que assim subsista, como no caso de certos preconceitos, não constitui igualmente uma atitude politicamente neutra e sem consequências éticas. Pelo contrário: trata-se de uma atitude socialmente reprovada como negadora de uma ética fundamental da convivência humana.[196]

Essa intolerância nega a alteridade como realidade ontológica, política e ética a partir da qual a sociedade moderna constrói seus parâmetros de convivência nos mais diversos aspectos. Pode se manifestar de diversas maneiras, como atitude reproduzida na forma de preconceito mais ou menos diluído na sociedade atual, como um "valor" inconsciente de indivíduos e grupos; como ideologia arraigada em discursos que são igualmente reproduzidos, muitas vezes em nome da ciência e da lei; e como militância política, presente em grupos organizados de cunho religioso, partidário e propriamente político[197].

A intolerância religiosa é um fenômeno que se manifesta em diferentes esferas da vida social, incluindo o ambiente escolar. Essa forma de discriminação pode ser definida como a negação ou violação dos direitos de pessoas ou grupos com base em sua religião ou crenças. A intolerância religiosa em uma sociedade plural pode manifestar-se de diversas maneiras, desde atos de violência física e perseguição até a discriminação sutil e estigmatização. O preconceito e a falta de compreensão em relação a outras religiões podem levar ao isolamento de determinados grupos religiosos, à marginalização e à negação de direitos básicos. Essas atitudes não apenas prejudicam os indivíduos e comunidades diretamente afetados, mas também

[195] PASSOS, João Décio. A intolerância religiosa: mecanismos e antídotos. *Revista REVER*, ano 17, n. 3. 2017, p. 11-27. p. 12.
[196] PASSOS, 2017, p. 14.
[197] PASSOS, 2017, p. 12.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

enfraquecem o tecido social como um todo, comprometendo a construção de uma sociedade justa e inclusiva.[198]

A intolerância religiosa nas escolas é uma questão alarmante que afeta diretamente o ambiente educacional e compromete a formação de uma sociedade plural e respeitosa, motivo pelo qual apresenta-se como uma problemática que demanda atenção e ação imediata. A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, deve ser um lugar seguro e inclusivo para todos os estudantes, independentemente de sua religião ou crença. No entanto, casos de discriminação religiosa têm sido relatados, prejudicando o desenvolvimento integral dos alunos e violando seus direitos fundamentais.[199]

A intolerância religiosa nas escolas pode se manifestar de diversas maneiras, desde comentários depreciativos e bullying até exclusão social e até mesmo violência física. Essas atitudes criam um ambiente hostil e desrespeitoso, onde os estudantes são desencorajados a expressar livremente suas crenças e convicções religiosas. Isso não apenas afeta o bem-estar emocional dos alunos, mas também compromete seu desempenho acadêmico e sua participação ativa na comunidade escolar.[200]

Uma das principais causas desse problema é a falta de conhecimento e compreensão sobre as diferentes religiões presentes na escola. O desconhecimento gera estereótipos e preconceitos, perpetuando visões distorcidas e negativas em relação às práticas religiosas dos outros. Além disso, a influência de valores familiares e sociais também pode contribuir para a intolerância religiosa, uma vez que os estudantes podem reproduzir comportamentos discriminatórios aprendidos em seus contextos de origem.

Para combater a intolerância religiosa nas escolas, é essencial promover a educação intercultural e religiosa. Isso envolve incluir nos currículos escolares conteúdos que abordem de maneira respeitosa e imparcial as diferentes religiões, suas origens, práticas e contribuições para a sociedade. Essa abordagem educacional ajuda a desmistificar estereótipos e a promover o entendimento mútuo entre os estudantes, fortalecendo os valores de respeito, diversidade e tolerância.[201]

Além disso, é necessário que as escolas adotem políticas e medidas concretas para prevenir e combater a intolerância religiosa. Isso inclui a criação de um ambiente escolar seguro

[198] ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Entre Ataques e Atabaques:* Intolerância Religiosa e Racismo nas Escolas. São Paulo: Arché Editora, 2017. p. 101.
[199] ROSÁRIO, Maria José Aviz do; ROSÁRIO, Luiz Felipe Gonçalves do. Intolerância Religiosa no contexto escolar. *Revista Conexões de Saberes*, v. 3, n. 1, p. 115-133, 2019. p. 119.
[200] CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites*: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 37.
[201] MARTINELLI, Marilu. *Conversando sobre Educação em Valores Humanos*. São Paulo: Peirópolis, 1999.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

e inclusivo, onde os alunos se sintam encorajados a expressar suas crenças e onde a diversidade religiosa seja valorizada. A implementação de programas de conscientização, treinamento para educadores e intervenção em casos de discriminação são medidas importantes para garantir que a intolerância religiosa seja enfrentada de forma eficaz.

Para combater a intolerância religiosa, é necessário um esforço conjunto de governos, instituições religiosas, sociedade civil e indivíduos. Primeiramente, é essencial promover a educação intercultural e religiosa, buscando aumentar o conhecimento e a compreensão sobre as diversas religiões presentes em uma determinada sociedade. Isso inclui a incorporação de conteúdos sobre religião nos currículos escolares e a promoção de diálogos inter-religiosos, com o objetivo de promover o respeito mútuo e a tolerância.[202]

3.2 Interdisciplinaridade entre ER e EF no combate à intolerância e na promoção ao respeito às diferenças

Uma multiplicidade de complexas relações se apresenta cotidianamente no contexto escolar e de cada sala de aula. Entretanto, é preciso atentar-se para que estas relações se deem de modo saudável e adequado e promovam conhecimento. Conviver com as diferenças aceitando-as não é uma tarefa simples e fácil. Conflitos se colocam constantemente dentro das salas de aula[203].

Os valores culturais mantidos pela sociedade ao longo da história denotam sobre uma valorização da violência e do conflito e, nesse sentido, a situação de paz configura-se somente como um período entre guerras. Diante disso, a construção de uma cultura de paz significa uma contraposição a este paradigma conflitante, entremeando nas relações sociais a paz como princípio governante e infringindo transformações condizentes com tal perspectiva.[204]

A importância da tolerância e do respeito às diferenças como fundamentos para uma sociedade saudável e inclusiva pode ser observada em diversos contextos, desde as fases iniciais do desenvolvimento. Em teoria, qualquer ambiente que lida com a diversidade possui potencial educativo tanto para promover esses valores positivos quanto para promover valores negativos de intolerância e desrespeito. [205]

---

[202] VON, Cristina. *Cultura de paz*. São Paulo: Peirópolis, 2003.
[203] LIMA, Marcos Antônio de. NASCIMENTO, Luiz Hermínio do. Comunicação Não Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 09, v. 03, p. 145-158, 2019. p. 148.
[204] MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Castro. *Cultura de Paz:* Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: INPAZ, 2003. p. 31.
[205] PRETTE *et al.,* 2012, p. 169.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

A escola, um ambiente socialmente privilegiado onde ocorre a definição da ação institucional pedagógica, requer a aplicação e experiência dos direitos humanos. Nas sociedades contemporâneas, a escola desempenha um papel fundamental na construção de perspectivas de mundo e consciência social, na disseminação e consolidação de valores, na promoção da diversidade cultural, na educação para a cidadania, na formação de indivíduos sociais e no desenvolvimento de métodos de ensino.[206]

Desta feita, é possível reconhecer a educação como um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, sendo necessário priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros[207]. Diante do cenário de violência que marca a sociedade brasileira, exige-se o desenvolvimento de uma cultura de paz, a qual deve se tornar intrínseca aos valores da humanidade. Leila Dupret discorre que o primeiro passo no caminho para a construção de um ambiente de paz é pautado na resolução de conflitos a partir de valores de convivência pacífica, a qual é uma missão atribuída a todas as esferas, visto que situações conflituosas configuram um processo que é natural e essencial na constituição das relações entre os sujeitos.[208]

A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu cultura de paz na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz, em 13 de setembro de 1999:

> Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: No respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; No pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; No compromisso com a solução pacífica dos conflitos; Nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; No respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; No respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; Na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.[209]

Para que efetivamente ocorram ações capazes de incitar a perpetuação de tais valores que permeiam a cultura de paz, é necessário que haja uma comunicação ferrenha que vise

---

[206] GOMES, Edilair Alcantara Barreto. Educação para Diversidade Religiosa no Contexto da Escola Pública. In: *III Seminário Nacional de Sociologia* - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias, 2020, p. 2.
[207] BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, 2018. p. 32.
[208] DUPRET, Leila. *Cultura de paz e ações socioeducativas*: desafios para a escola contemporânea. 2002. p. 91. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 6, n. 1, p. 91-96, 2002. p. 91.
[209] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*. 1999. [*online*]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

elucidar sua importância, propagando como esta cultura pode ser responsável por transformar as relações em sociedade de uma forma que culmine no bem-estar biopsicossocial dos sujeitos. Nesse sentido, a educação é a porta para que esta realidade ocorra, visto que, permite a continuidade desses pressupostos ao longo do tempo, de modo a os tornar inerentes a humanidade, criando forma criativas e pacíficas de superação de conflitos.[210]

A tolerância religiosa é apontada como panaceia dos conflitos religiosos, tanto é que, tão logo se noticia um ato violento envolvendo esse tipo de conflito ou até mesmo um ato taxado como terrorista, frequentemente aponta-se a tolerância religiosa como solução nesses casos, sendo visualizada como a saída mais correta[211]. De acordo com esse artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, qualquer indivíduo tem direito à liberdade de religião, abrangendo a possibilidade de mudar de religião ou convicção, bem como manifestá-la.

É possível afirmar que a questão da tolerância passa por dois aspectos: o pessoal e o social. O primeiro aspecto refere-se a crença no plano individual, a maneira como o indivíduo se dedica a sua religião. Já o segundo refere-se ao trato coletivo, como se portam os grupos de pessoas em relação a essa tolerância religiosa[212]. Essa tolerância leva em consideração a complexidade do cenário mundial. Isso porque "as sociedades se transformam constantemente e são cada vez mais diversas. A permanente reconfiguração das identidades culturais e nacionais resulta na produção de novas identidades – híbridas, fragmentadas e multifacetadas".[213]

A tolerância somente tem sentido se o que é tolerado estiver próximo de quem tolera e do mundo de crenças, ideias e concepções a respeito de que tudo o que cerca o indivíduo cotidianamente. Dessa maneira, o processo de construção de uma tolerância entre os humanos ocorre pela via do contato com os diferentes seres que o cercam, inclusive com outros humanos iguais ou diversos deles. A tolerância não é processo que faz com que as pessoas se afastem umas das outras, mas, ao contrário, nos motiva a conhecer o outro e os outros que estão próximos e mesmo distantes de nós.[214]

Assim, é possível compreender a tolerância como o respeito à diversidade. Essa última é a marca do nosso mundo e se manifesta nos ecossistemas naturais e na própria humanidade. Nesse sentido:

[210] DUPRET, 2002, p. 92.
[211] DAOU, 2019. p. 151.
[212] GONÇALVES, Antonio Baptista. *Direitos Humanos e (in)tolerância religiosa*. Tese (Doutorado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2011. p. 16.
[213] FLEURI; OLIVEIRA; HARDT; CECCHETTI; KOCH, 2013. p. 23.
[214] FONSECA, Dagoberto José; PESTANA, Maurício. *Tolerância Religiosa*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2013. p. 18.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

> A espécie humana adquiriu formas diversas através do tempo e do espaço. Em contextos históricos específicos, cada sujeito ou grupo social se constitui como ser singular e, ao mesmo tempo, plural, no seio de uma ou de várias culturas, por meio das tramas de relações tecidas com o Outro, o mundo e o desconhecido, produzindo símbolos, conhecimentos, práticas, sentidos e significados que dão sentido à sua vida e ao contexto no qual está inserido.[215]

De acordo com João Maurício Adeodato, a tolerância não pode ser compreendida apenas como "tolerar", em seu sentido literal, como "suportar" algo desagradável. Para o autor, a tolerância significa a aceitação e o apoio recíproco a indivíduos, opiniões e atitudes originadas de visões de mundo diversas e não redutíveis umas às outras (potencialmente conflituosas), principalmente religiões, ideologias e outros sistemas de orientação normativos[216].

A tolerância, portanto, é vista como uma solução adequada para servir como ponte para unir as diferenças entre as pessoas, funcionando também como ferramenta eficiente para uma sociedade justa e democrática. Isso porque a concretização do direito à liberdade religiosa e do respeito às diversidades contribui para a realização dos objetivos da paz mundial, justiça social e amizade entre os povos e à eliminação das ideologias ou práticas do colonialismo e da discriminação racial.[217]

A possibilidade da convivência entre as diferentes religiões, marcada tanto pelo que há de comum quanto pelo respeito mútuo das diferenças, incluindo as pessoas sem religião, é feita por meio de caminhos que indiquem a potencialidade de envolver as religiões pela paz e pela democracia, fundamentados nos direitos humanos. Este caminho é possibilitado pelo diálogo e pelo estabelecimento de ações conjuntas que permitem, em nível amplo, a garantia de liberdade e o respeito pela diversidade religiosa, entre outras diversidades que compõe o nosso cenário sociocultural.[218]

No contexto escolar, por exemplo, a tolerância religiosa deve ser promovida, buscando combater a intolerância religiosa e promover a valorização e o respeito à diversidade de crenças e religiões. Isso porque as situações de discriminação, ao afetar a autoestima dos estudantes, acabam prejudicando seu desempenho escolar, levando à repetência, à evasão ou à transferência para outras escolas.[219]

Quando se aborda a diversidade religiosa, é preciso pensar no respeito às diferenças, no diálogo e no cumprimento do que preconiza as leis que dizem respeito a essa temática. Essa

---

[215] FLEURI; OLIVEIRA; HARDT; CECCHETTI; KOCH, 2013. p. 21.
[216] ADEODATO, João Maurício. *A retórica constitucional (sobre tolerância, direitos humanos e outros fundamentos éticos do direito positivo)*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 16.
[217] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1981.
[218] BRASIL, 2011, p. 7.
[219] INSTITUTO UNIBANCO. Por que estimular a tolerância religiosa no ambiente escolar. *Aprendizagem em foco*, n. 33, p. 1-4, 2017.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

diversidade é riqueza da humanidade, motivo pelo qual o espaço escolar encontra-se permeado de valores dessa diversidade. Portanto, é necessário que a escola se transforme num espaço de convivência, onde os conflitos sejam trabalhados, e não camuflados.[220]

Dessa forma, a escola deve proporcionar um ambiente propício para a convivência com a diversidade, sendo um espaço privilegiado para a abordagem de temas relacionados aos direitos humanos e para sensibilizar os estudantes sobre seus direitos fundamentais. Assegurar esses direitos implica na inclusão de todos, respeitando suas diferenças, de modo que todos tenham efetivamente acesso aos recursos e serviços socialmente estabelecidos, essenciais para garantir a dignidade de cada indivíduo.[221]

Isso porque, motivados por um cenário preocupante de violência intensa e intolerância, o espaço escolar deve buscar incorporar outras práticas culturais e educativas, por intermédio do resgate dos diferentes tipos de memórias coletivas que constituem os seres humanos enquanto coletividade, buscando rever suas maneiras de trabalhar as diversas culturas que são manifestadas nesse ambiente[222]. Essa finalidade pode ser realizada por intermédio da atuação interdisciplinar entre os componentes curriculares de Educação Física e Ensino Religioso.

Inicialmente, cumpre esclarecer que a interdisciplinaridade é uma abordagem ou método de ensino que busca integrar diferentes disciplinas acadêmicas ou áreas de conhecimento para tratar de um determinado tema, problema ou questão. Em vez de abordar um assunto de forma isolada em uma única disciplina, a interdisciplinaridade procura explorar as conexões, interações e relações entre diferentes áreas do conhecimento.[223]

Conforme Ivani Fazenda, o conceito de interdisciplinaridade encontra-se diretamente associado ao conceito de disciplina. A autora afirma que na abordagem interdisciplinar na escola, a ênfase está no aspecto educativo, e, portanto, os conhecimentos adquiridos na escola seguem uma estruturação diferente daquela encontrada nos campos do conhecimento das ciências. Ainda, os conceitos, objetivos, habilidades e métodos têm como principal objetivo facilitar o processo de aprendizagem, levando em consideração o respeito pelos conhecimentos prévios dos alunos e a integração desses saberes.[224]

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

---

[220] HOLMES, 2021, p. 49.
[221] GOMES, 2020, p. 3.
[222] FOSTER, Eugênia da Luz; CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Educação para o respeito às diferenças étnico-raciais e religiosas: tensões, avanços e desafios. In: REIS, Marcos Vinicius de Freitas; SARDINHA, Antonio Carlos; JUNQUEIRA, Sérgio. *Diversidade e o campo da educação*: diálogos sobre (in)tolerância religiosa. Macapá: UNIFAP, 2017. pp. 15-38. p. 20-21.
[223] SANTOS, Ildembergue Lins dos. *Educação Física e interdisciplinaridade*: buscando inovações e aperfeiçoamento da prática escolar. Dissertação (Graduação em Educação Física) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Sousa, 2017, p. 18.
[224] FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003, p. 56.

O objetivo da interdisciplinaridade é superar as limitações das abordagens unidisciplinares, permitindo uma compreensão mais ampla e profunda de um assunto, ao envolver diferentes perspectivas e conhecimentos complementares. Essa abordagem busca promover uma visão mais holística e contextualizada, onde os estudantes são incentivados a integrar conceitos, métodos e abordagens de várias disciplinas para solucionar problemas complexos do mundo real[225]. Nesse mesmo sentido:

> A interdisciplinaridade, enquanto aspiração emergente de superação da racionalidade científica positivista aparece como entendimento de uma nova forma de institucionalizar a produção do conhecimento nos espaços da pesquisa, na articulação de novos paradigmas curriculares e na comunicação do processo perceber as várias disciplinas; nas determinações do domínio das investigações, na constituição das linguagens partilhadas, na pluralidade dos saberes, nas possibilidades de trocas de experiências e nos modos de realização da parceria.[226]

Portanto, observa-se que a interdisciplinaridade valoriza a colaboração, a troca de ideias e a integração de diferentes expertises, permitindo uma compreensão mais abrangente e rica do conhecimento. Ela incentiva a aprendizagem ativa, a reflexão crítica e o pensamento criativo, preparando os alunos para lidar com desafios multidisciplinares e desenvolvendo habilidades transversais importantes, como pensamento crítico, comunicação efetiva e trabalho em equipe.[227]

Dessa forma, um elemento fundamental para uma prática interdisciplinar consistente é a parceria, que envolve o diálogo com outras formas de conhecimento não familiarizadas e a abertura para a interpretação dessas formas. Os educadores são e devem ser parceiros, colaborando com outros educadores que compartilham a visão de que a educação é um meio de melhorar a condição social dos alunos. Eles também são parceiros dos teóricos com quem se engajam em leituras e dos próprios alunos, estabelecendo constantemente uma relação de parceria. Por meio da interdisciplinaridade, certas dimensões do pensamento humano, como a criatividade e a imaginação, que são frequentemente negligenciadas pelo ensino baseado em disciplinas rígidas e impostas ao aluno, são recuperadas e empregadas na resolução dos problemas identificados na sociedade. Isso motiva o aluno a aprender, pois os problemas ocorrem em seu entorno e são de seu interesse.[228]

---

[225] SOUZA, Rosana Sandri Eleutério de; ROJAS, Jucimara. Educação Física e Interdisciplinaridade na Educação de Infância. *Motrivivência*, ano XX, n. 31, p. 207-223, 2008. p. 211.
[226] ALMEIDA Mozart da Silva Gonçalves; FEREIRA, Priscilla Renata; MORAES, Fernanda Finotti de; BATISTA, Natalia Justino; BALMACEDA, Alene Sylvia Teixeira. Possibilidades para pensar a educação física e seu caráter interdisciplinar. *Revista Especial de Educação Física*, n. 2, p. 31-38, 2005. p. 33-34.
[227] SANTOS, 2017, p. 21.
[228] ALMEIDA *et al.,* 2005, p. 34.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.
PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Dessa maneira, o professor de Educação Física tem a possibilidade e a responsabilidade de aproveitar a particularidade pedagógica da disciplina, que se concentra nas práticas corporais de movimento, a fim de estabelecer parcerias em projetos de ensino coletivos e adotar uma abordagem interdisciplinar no processo educacional. Ele deve buscar a melhoria da aprendizagem, utilizando-se da interdisciplinaridade como suporte necessário para proposição de atividades diferenciadas no processo de ensino.[229]

Nesse cenário, para a promoção do respeito à diversidade e da tolerância, a Educação Física oferece oportunidades para a valorização da diversidade cultural, étnica, de gênero, de habilidades e de aptidões físicas. Na Educação Física, os alunos podem vivenciar diferentes modalidades esportivas e atividades físicas que abrangem diversas culturas e tradições. Isso permite que eles tenham contato com formas de movimento características de diferentes grupos sociais, ampliando seu repertório corporal e contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade.[230]

Além disso, a Educação Física pode ser um espaço inclusivo, que acolhe e valoriza as diferenças individuais. Por meio da adaptação das atividades e do reconhecimento das diversas habilidades físicas e aptidões de cada aluno, é possível promover um ambiente que respeite e valorize a diversidade de corpos e capacidades. Através da prática esportiva e das atividades físicas, a Educação Física também pode contribuir para a quebra de estereótipos e preconceitos, estimulando o respeito e a valorização das diferenças. Ao trabalhar com a diversidade, a disciplina promove uma consciência crítica e uma reflexão sobre a importância de reconhecer e respeitar a pluralidade de identidades presentes na sociedade.[231]

O professor, nessa abordagem, deve ter o entendimento da situação social e religiosa dos alunos para desenvolver conteúdos programáticos contextualizados em conjunto com eles. É necessário interagir de forma crítica com o contexto real das religiões na vida dos estudantes, abordando aspectos desumanizadores e opressivos, buscando promover uma conscientização esclarecedora sobre as religiões.[232]

A Educação Física pode ser aplicada de forma interdisciplinar com o Ensino Religioso. A interdisciplinaridade entre Educação Física e Ensino Religioso envolve a integração e o diálogo entre essas duas áreas de conhecimento, buscando explorar as conexões e relações entre

[229] SOUZA; ROJAS, 2008, p. 208.
[230] CARVALHO, Marília Menezes Nascimento Souza; NEIRA, Marcos Garcia. O multiculturalismo e o ensino da Educação Física. In: CANO, Márcio Rogério de Oliveira. *Educação Física Cultural*. São Paulo: Blucher, 2018. p. 43.
[231] CARVALHO; NEIRA, 2018, p. 44.
[232] ARAGÃO, 2021, p. 17.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

elas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Por exemplo, é possível explorar valores éticos e morais presentes nas práticas esportivas, relacionando-os aos princípios religiosos e espirituais. Além disso, atividades físicas podem ser utilizadas como uma forma de vivenciar rituais ou expressões religiosas específicas, como danças, meditações corporais ou práticas de yoga, desde que respeitando a diversidade religiosa presente na sala de aula.

As aulas de Ensino Religioso devem ser capazes de oferecer subsídios para que os estudantes entendam como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado. Essa abordagem possibilita estabelecer relações entre as culturas e os espaços por ela produzidos, em suas marcas de religiosidade. Tratado nesta perspectiva, o Ensino Religioso contribuirá para superar desigualdades étnico-religiosas, para garantir o direito Constitucional de liberdade de crença e expressão e, por consequência, o direito à liberdade individual e política.[233]

Nesses termos, "temas como o fenômeno religioso, a diversidade cultural e religiosa e os direitos humanos precisam ser trabalhados no processo de ensino-aprendizagem como elementos fundamentais para o desenvolvimento do respeito e do bem viver, dentro dessa área de conhecimento"[234].

Dessa maneira, a informação e o diálogo são ferramentas adequadas e eficazes para combater a intolerância religiosa no contexto das escolas, sendo que, ao compreender que as religiões são manifestações culturais legítimas, os estudantes podem aprender a conviver com as diferenças, valorizar a diversidade e construir a própria identidade. Uma gestão comprometida com a equidade deve estar atenta à questão, desenvolvendo ações de combate ao preconceito e à discriminação no espaço escolar.[235]

Assim, sustentado por um modelo de ensino comprometido com o respeito à pluralidade religiosa, o Ensino Religioso se aproxima de princípios constitutivos dos direitos humano, entre os quais destaca-se o respeito à diversidade cultural e religiosa, à liberdade (mesmo à liberdade de ateísmo) e à livre manifestação da fé no espaço público. Consequentemente, também está em jogo o respeito a cosmovisões produzidas a partir dessa diversidade.[236]

Assim, para promover essa liberdade religiosa e o respeito aos direitos humanos, faz-se essencial o desenvolvimento de práticas pedagógico-didáticas comprometidas com o exercício da sensibilidade diante de qualquer discriminação religiosa no trato cotidiano. Nesse contexto,

[233] PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. *Ensino Religioso:* diversidade cultural e religiosa. Curitiba: Superintendência de Educação, 2013.
[234] CLAUDIO, 2021, p. 86.
[235] INSTITUTO UNIBANCO, 2017, 08.
[236] AFFONSO *et al*., p. 27.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

o Componente Curricular de Ensino Religioso o deve observar os marcos de referência das diferentes sociedades, para, a partir deles, direcionar a atenção dos estudantes à sua interpretação, em uma tentativa de romper com o preconceito em relação ao que é diferente deles, cabendo a tal Componente Curricular dedicar-se e trabalhar com o pluralismo religioso, dando aos discentes a possibilidade de aceitar o valor do outro.[237]

O Componente Curricular de Ensino Religioso é importante e parte integrante para a formação básica de todo cidadão, tendo em vista que não se pode reduzir a escola e à educação tão somente à perspectiva de preparação para o trabalho. Primeiramente, deve-se pensar uma educação inclusiva e integral, em que todas as habilidades cognitivas são consideradas importantes, das diversas linguagens – das línguas, do lúdico na arte e do corpo –, da matemática, das ciências da natureza, das ciências humanas do espaço-tempo, através da história e da geografia.[238]

Visto isso, como uma maneira de superar as problemáticas relacionadas à intolerância religiosa, de forma a buscar o respeito à diversidade, o Ensino Religioso deve tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos sem, contudo, privilegiar nenhuma crença ou convicção, o que implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.[239]

Isso porque a disciplina de Ensino Religioso "adota a religião como seu objeto de estudo em toda sua complexidade, numa perspectiva ética, que assume o estudo da religião do ponto de vista externo, ou seja, aquilo que pode ser observado e constado enquanto um fato humano"[240]. Com isso, a violação do direito à diversidade e os atos de intolerância religiosa, tanto na sociedade contemporânea, como no contexto educacional, tornaram-se alvo de debate e discussões, a fim de compreender a o contexto brasileiro e o papel social da educação.[241]

Portanto, o ER pode colaborar com a mudança de mentalidade almejada pela sociedade brasileira, no que diz respeito a uma convivência na qual todos os indivíduos podem ter sua liberdade religiosa ou não-religiosa assegurada, como garante a lei. Nas escolas, o Ensino Religioso deve ser uma disciplina que promova o aprendizado dos alunos, assim como os demais aspectos de pressupostos morais[242]. Isso porque a força ética das religiões pode

[237] AFFONSO *et al.,* 2021, p. 48-49.
[238] BAPTISTA, 2021, p. 24.
[239] MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 436.
[240] SANTOS, 2021, p. 66.
[241] LANZA; PATRICINIO; OLIVEIRA, 2017, p. 40.
[242] SILVA; SILVA, 2021, p. 66.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

contribuir para a formação de uma cultura de paz e de tolerância entre os seres humanos, sendo que o Ensino Religioso, enquanto Componente Curricular, pode potencializar o respeito entre as pessoas, fomentando a convivência harmoniosa entre convicções religiosas diferentes.[243]

Desta feita, o ER como componente curricular "por ser considerado facilitador de uma educação dialógica, inventiva, reflexiva e humana, provoca discussões sobre o sentido da vida, cujas referências estão no estudo sobre as tradições e culturas religiosas que acontecem na história"[244]. Portanto, deve fazer parte do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Esse projeto deve estar vinculado à melhoria da escola, da comunidade, do aluno. Isso providenciará mudanças educativas, beneficiando toda a comunidade, tendo em vista que a existência das escolas só tem sentido a partir de sua função social e educativa.[245]

Quando a socialização e o diálogo são promovidos com respeito às diferentes percepções e vivências do fenômeno religioso – componentes fundamentais do substrato cultural da humanidade –, a escola oportuniza que temas polêmicos relacionados à cultura, à religiosidade e à discriminação étnica sejam abordados como elementos de aprendizagem[246]. Assim:

> Sendo a religião uma das expressões da diversidade cultural, a disciplina ensino religioso, ao trabalhar conteúdos consubstanciados sobre as religiões, apresenta-se como essencial para a compreensão das várias manifestações de vivências religiosas no contexto escolar, cujo conhecimento deve promover a tolerância e o convívio respeitoso com o diferente e o compromisso político com a equidade social no Brasil.[247]

Além disso, o âmbito escolar é um local considerado propício para a promoção de discussões e processos de ensino que repudiem atos discriminatórios e promovam discussões abertas sobre a importância do respeito à diversidade para o convívio em sociedade. O tema "educar para a diversidade" é abordado de maneira recorrente no Brasil, sobretudo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O tema aparece em expressões emblemáticas como, por exemplo, "respeito à liberdade e apreço à tolerância" e "consideração com a diversidade étnico racial". Sobretudo a partir do tema do ensino religioso, a questão da diversidade cultural e religiosa passou a ser amplamente discutida em sociedade.[248]

Dessa forma, é possível compreender que o Ensino Religioso é um Componente Curricular capaz de fazer parte da construção de um pensamento empático no que se refere às

[243] SCARANO *et al.,* 2018, p. 146.
[244] HOLMES, 2021, p. 49.
[245] AFFONSO *et al.,*2021, p. 48.
[246] AFFONSO *et al.,* 2021, p. 48.
[247] FOSTER; CUSTÓDIO, 2017, p. 36.
[248] SCARANO et al., 2018, p. 143.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

relações de alteridade e à convivência em grupo. Por isso, é também um campo que tem se aproximado dos discursos em prol dos direitos humanos[249].

O Componente Curricular é apto a promover um espaço no qual o diálogo, o respeito e a aceitação dos educandos, sejam quais forem suas convicções, se deem no sentido de um amadurecimento a respeito do conhecimento religioso e das tradições religiosas, os quais possam minimizar ou até mesmo eliminar as diversas formas de preconceitos existentes no espaço escolar, na família e na sociedade.[250]

Portanto, por meio desse componente curricular, é possível abordar uma pluralidade de temas educativos relacionados à diversidade cultural e religiosa do Brasil e, simultaneamente, apresentando, no processo de ensino e aprendizagem, que as religiões podem ser fontes de espaços para o diálogo e, principalmente, de respeito e humanização para não se transformem em fontes de opressão e exclusão, seguindo o caminho da intolerância e do desrespeito para com as diferenças.[251]

Nesse cenário, observa-se que é possível a atuação interdisciplinar entre a EF e o ER, buscando uma integração e o diálogo entre essas duas áreas do conhecimento, com vistas a promover o respeito à diversidade, buscando a tolerância e a erradicação da violência tanto no cenário escolar, como no cenário social.

Essa abordagem interdisciplinar pode ser realizada de diferentes maneiras. Por exemplo, é possível explorar como as práticas corporais presentes na Educação Física podem ser relacionadas com aspectos religiosos, como rituais, danças sagradas ou expressões corporais de devoção. Isso permite que os alunos compreendam como o corpo é utilizado como meio de expressão e conexão com o sagrado em diferentes tradições religiosas.

Uma aula que integra Educação Física e Ensino Religioso no cotidiano pode ser criativa e envolvente, promovendo não apenas a atividade física, mas também a reflexão sobre questões éticas, espirituais e culturais. A aula pode começar com um aquecimento físico, como alongamentos suaves e exercícios de relaxamento. Enquanto os alunos se preparam para a atividade física, o professor de Ensino Religioso pode orientar uma breve meditação ou reflexão sobre valores, ética ou um princípio religioso relevante para a aula.

Durante a atividade física, os alunos podem participar de jogos, danças ou esportes que tenham significado cultural ou religioso. Por exemplo, eles podem aprender uma dança

[249] AFFONSO et al., 2021, p. 47.
[250] HOLMES, 2021, p. 48.
[251] HOLMES, 2021, p. 56.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

tradicional de uma cultura específica que tenha conexões religiosas ou praticar um esporte que seja importante em uma determinada religião.

Após a atividade física, os alunos podem se reunir para discutir como se sentiram durante a prática, quais os valores ou lições que perceberam na atividade e como isso se relaciona com o Ensino Religioso. O professor de Ensino Religioso pode liderar discussões sobre os princípios éticos, espirituais ou culturais envolvidos na atividade.

Os professores de Educação Física e Ensino Religioso podem colaborar em projetos interdisciplinares. Por exemplo, os alunos podem ser desafiados a criar uma apresentação que relacione uma prática esportiva a um princípio religioso ou ético específico e compartilhar suas descobertas com a turma.

Em determinadas ocasiões, as aulas podem ser temáticas, focando em uma religião específica ou em valores universais. Por exemplo, uma aula pode se concentrar na importância da compaixão e em como isso pode ser incorporado tanto na atividade física quanto na vida cotidiana. Em algumas situações, os professores podem organizar visitas a locais religiosos relevantes para a prática esportiva. Isso pode incluir visitas a templos, igrejas, mesquitas, ou outros locais religiosos que tenham uma conexão com a atividade física.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

CONCLUSÃO

Observou-se que a Educação Física é uma área do conhecimento que se dedica ao estudo e à promoção das práticas corporais, englobando uma ampla variedade de atividades físicas, esportes, jogos, danças, exercícios e outras manifestações relacionadas ao movimento humano. Como componente curricular, a Educação Física abrange tanto os aspectos teóricos quanto práticos. Ela investiga os fundamentos biológicos, psicológicos, sociais e culturais do movimento humano, bem como os efeitos da atividade física na saúde e no bem-estar. Além disso, a Educação Física aborda questões pedagógicas relacionadas ao ensino e à aprendizagem das práticas corporais, com foco no desenvolvimento motor, na aquisição de habilidades motoras e na promoção de estilos de vida ativos e saudáveis.

A Educação Física também tem um papel importante na formação integral dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de competências e valores como o respeito, a cooperação, o espírito esportivo, a inclusão e a consciência corporal. Ela busca proporcionar experiências significativas por meio das quais os alunos possam explorar e compreender o potencial expressivo, criativo e comunicativo do corpo. Além disso, a Educação Física pode ser vista como uma ferramenta para promover a inclusão social, a equidade e a justiça, ao oferecer oportunidades de participação e acesso igualitário às práticas corporais para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, habilidades físicas ou condições socioeconômicas.

Viu-se, também, que o Ensino Religioso é um componente curricular que visa proporcionar aos estudantes a compreensão e reflexão sobre as diferentes tradições religiosas e suas manifestações na sociedade. O Ensino Religioso tem como propósito principal promover o conhecimento das diversas religiões, abordando seus princípios, crenças, ritos, valores e contribuições para a cultura e a história. Ele busca desenvolver a capacidade dos alunos de compreender e respeitar a diversidade religiosa, bem como refletir criticamente sobre questões éticas, morais e existenciais relacionadas à religião.

É importante destacar que o Ensino Religioso deve ser pautado pelos princípios constitucionais de liberdade religiosa e laicidade do Estado. Ele não deve ser confundido com catequese ou proselitismo religioso, mas sim proporcionar um espaço de diálogo, respeito e compreensão das diferentes perspectivas religiosas, possibilitando aos estudantes a formação de uma consciência religiosa plural e respeitosa. Cabe aos professores de Ensino Religioso a responsabilidade de abordar as temáticas religiosas de maneira imparcial, respeitando a

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

pluralidade religiosa e proporcionando um ambiente inclusivo para todos os estudantes, independentemente de sua religião ou crença.

A interdisciplinaridade entre Educação Física e Ensino Religioso pode desempenhar um papel importante na promoção do respeito às diferenças, tanto físicas quanto religiosas. Essa abordagem integrada permite explorar a relação entre o corpo, a cultura e as crenças religiosas, promovendo uma compreensão mais ampla da diversidade humana. Através da interdisciplinaridade, é possível abordar as práticas corporais presentes na Educação Física e sua relação com as diferentes expressões religiosas, como danças sagradas, rituais corporais ou formas de meditação. Os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre as práticas corporais e expressivas presentes em diferentes tradições religiosas, desenvolvendo empatia e compreensão das vivências religiosas dos outros.

Tanto a Educação Física quanto o Ensino Religioso podem abordar questões relacionadas a valores, ética e comportamento. Os professores podem explorar como a prática de esportes e atividades físicas pode promover valores como respeito, trabalho em equipe, disciplina, que também são fundamentais em muitas tradições religiosas.

Ambas as disciplinas podem abordar questões de saúde e bem-estar. Os professores podem destacar a importância do cuidado com o corpo e da prática regular de exercícios físicos para promover a saúde física e mental. O Ensino Religioso pode contribuir discutindo a relação entre o corpo e a espiritualidade, bem como os princípios religiosos relacionados à saúde.

Além disso, a interdisciplinaridade pode permitir a discussão de valores éticos e morais presentes tanto nas práticas corporais quanto nas crenças religiosas. Os alunos são encorajados a refletir sobre a importância do respeito mútuo, da tolerância, da cooperação e do diálogo inter-religioso, aplicando esses princípios em suas atividades físicas e em suas interações cotidianas.

Professores de ambos os componentes curriculares podem colaborar em projetos que envolvam atividades práticas relacionadas à Educação Física e discussões sobre valores, ética e espiritualidade relacionadas ao Ensino Religioso. Os alunos podem participar de projetos que combinem exercícios físicos com reflexões sobre temas religiosos e culturais

Através dessa abordagem integrada, os estudantes têm a oportunidade de reconhecer a diversidade como uma riqueza cultural e religiosa, e são incentivados a superar estereótipos e preconceitos. Eles são desafiados a valorizar e respeitar as diferenças físicas, religiosas e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. É importante ressaltar que a interdisciplinaridade entre Educação Física e Ensino Religioso deve ser conduzida de forma respeitosa, garantindo o pluralismo religioso e o direito à liberdade de

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

crença de cada aluno. Os professores desempenham um papel fundamental ao criar um ambiente seguro e acolhedor, onde o diálogo e o respeito mútuo são cultivados.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Luciane Marina Zimerman; CANFIELD, Ráisa Lammel; MÖBS, Adriane da Silva Machado; SANTOS, Valter Borges dos; SILVA, Itala Daniela da. *Políticas Educacionais e Base Nacional Comum Curricular de Ensino Religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

AGUIAR; Olivette Rufino Borges Prado; FROTA, Paulo Rômulo de Oliveira. *Educação Física em Questão*: resgate histórico e evolução conceitual. Teresina: Universidade Federal do Piauí– UFPI. 2010.

ALVES, Álvaro; MARCEL, Palomo. *A história dos jogos e a constituição da cultura lúdica*. Cascavel: UFPR, 2003.

ARAUJO, Maria Dalva de Oliveira. Laicidade e Ensino Religioso: desafio aos docentes e à formação humana. In: MARANHÃO, F. Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso e a sala de aula*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021.

ARAÚJO, Patrício Carneiro. *Entre Ataques e Atabaques:* Intolerância Religiosa e Racismo nas Escolas. São Paulo: Arché Editora, 2017.

BAGNARA, Ivan Carlos; FENSTERFEIFER, Paulo Evaldo. *Educação Física Escolar*: política, currículo e didática. Ijuí: Unijuí, 2019.

BAPTISTA, Paulo Agostinho N. Ensino Religioso: de volta para o futuro. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). *O ensino religioso na prática*. Florianópolis: AMAR; FOGO, 2021.

BETTI, Mauro. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp*., São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-97, 2005.

BIEDRZYCKI, Beatriz Paulo; OLIVEIRA JÚNIOR, Lafaiete Luiz de; DIONIZIO, Mayara. *História da educação*. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BORBA, Sônia Cristina Franzo. O Treinamento funcional como dinamizador do movimento na disciplina de Educação Física no Ensino Médio. In: *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor* - PDE Produções Didático-Pedagógicas. Moreira Sales: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

BORIN, Luiz C. *História do Ensino Religioso no Brasil*. Santa Maria: UFSM, 2018.

BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, Francisco Eduardo (Org.). *Educação Física escolar*: política, investigação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001.

BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Presidência da República. [n.p.] [*online*].

BRASIL. *Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890*. [Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias]. Rio de janeiro: Governo Provisorio da

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Republica dos Estados Unidos do Brasil. Sala das sessões do Governo Provisorio. [n.p.] [*online*].

BRASIL. *Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931*. [Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal]. Rio de Janeiro: Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil. [n.p.] [*online*].

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Departamento de Educação Básica. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Secretária de Educação do Estado do Paraná. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Educação Física*. Curitiba-Paraná: SEED, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Diversidade religiosa e direitos humanos*: reconhecer as diferenças, superar a intolerância, promover a diversidade. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais - volume II: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.

BIEDRZYCKI, Beatriz Paulo; OLIVEIRA JÚNIOR, Lafaiete Luiz de; DIONIZIO, Mayara. História da educação. Porto Alegre: SAGAH, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais.* Fascículo de Educação Física. Brasília: Ática, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*: educação física. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABRAL, Gertudes Rosa de Souza. *O objetivo da LDB 9394/96 em relação ao Ensino Religioso e a formação da cidadania*. Tese (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2014.

CAPINUSSÚ, José Maurício. Atividade física na idade média: bravura e lealdade acima de tudo. *Revista de Educação Física*. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, n. 131, p. 53-56, 2005.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Tolerância e seus limites*: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CARON, Lurdes; MARTINS FILHO, Lourival. Ensino religioso: uma história em construção. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BCC*. Petrópolis: Vozes, 2020.

CAETANO, Maria C. *O ensino religioso e a formação de seus professores*: dificuldades e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGER Faculdade Unida de Vitória

CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola*: a Educação Física como componente curricular. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CAPINUSSÚ, José Maurício. Atividade física na idade média: bravura e lealdade acima de tudo. *Revista de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 131, p. 53-56, 2005.

CARLAN, Paulo. *O Esporte como conteúdo da Educação Física Escolar*: estudo de caso de uma prática pedagógica. Injuí: Editora Unijuí, 2018.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil*: a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). *Treino Funcional*. Portal da Educação Física, 2016. Disponível em: http://www.educacaofisica.com.br/ciencia-ef/treinamento-esportivo-/treinamento-funcional. Acesso em: 15 set. 2022.

CORRÊA, Ivan Livindo de Senna; MORO, Roque Luiz. Educação Física escolar: reflexão e ação curricular. Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

DUCKUR, L. C. B. Em busca de formação de indivíduos autônomos nas aulas de Educação Física. Campinas, SP: Autores associados, 2014.

DUPRET, Leila. *Cultura de paz e ações socioeducativas*: desafios para a escola contemporânea. 2002. p. 91. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 6, n. 1, p. 91-96, 2002.

ELVAR, Juan Ramón Heredia; ISIDRO, Felipe, PEÑA, Guilhermo; MATA, Fernando; MORAL Suzana; SEGARRA, Vitor; MENDÍAS, Marta; GRIGOLETTO, Marzo Edir da Silva. Entrenamiento funcional em Sañudo. In: *Nuevas orientaciones para una actividad física saludable en centros de fitness*. Sevilla, Wanceulen, 2011.

FÁVERO, Osmar. *A Educação nas Constituintes Brasileiras*: 1823 – 1988. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo: Paulus, 2003.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FIEP). *Manifesto Mundial da Educação Física*. Foz do Iguaçu: Congresso Mundial da Federação Internacional de Educação Física, 2000.

FERREIRA, Gabriel Bonesi; SANTOS, Valter Borges dos; DIONIZIO, Mayara Joice; RAUTMANN, Robert; SANCHES, Sidney de Moraes; CANFIELD, Ráisa Lammel; GRECO JUNIOR, Raul. *Epistemologia do fenômeno religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

FONSECA, Dagoberto José; PESTANA, Maurício. *Tolerância Religiosa*. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2013.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer*: teoria e prática em Educação Popular. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

GARCIA, Gilberto. Prefácio. In: SILVEIRA, Emerson Sena da; JUNQUEIRA, Sérgio. *O Ensino Religioso na BCC*. Petrópolis: Vozes, 2020.

GARUTTI, Selson. O ensino religioso no contexto escolar. *Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 11, n. 2, p. 131-143, 2006.

GENEROSI, Rafael Abeche. *Efeitos de um programa de treinamento físico em componentes de aptidão física relacionados à saúde de escolares.* Dissertação (Mestrado em Educação Física). Escola de Educação Física da Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GOMES, Christiane Teixeira; LINS FILHO, Flávio Barbosa. Estado Laico – da origem do laicismo à atualidade brasileira. *V Colóquio de História – Perspectivas históricas*, p. 1219-1228, 2011.

GOMES, Edilair Alcantara Barreto. *Educação para Diversidade Religiosa no Contexto da Escola Pública*. In: III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias, 2020.

GONÇALVES, Jorge Carvalho. *A gestão escolar perante ao desafio me ofertar o componente curricular Ensino Religioso na escola pública*. Tese (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O Processo de Escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

LIMA, Marcos Antônio de. NASCIMENTO, Luiz Hermínio do. Comunicação Não Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 04, Ed. 09, v. 03, p. 145-158, 2019.

MARTINELLI, Marilu. *Conversando sobre Educação em Valores Humanos*. São Paulo: Peirópolis, 1999.

MEDINA, João Paulo Subirá. *A Educação Física cuida do corpo... e da mente.* 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

MELLOS, Leandro M. *Ensino Religioso*: História, perfil, e formação dos(As) professores(as) no município de Serra - ES. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2018.

MILANI, Feizi Masrour; JESUS, Rita de Castro. *Cultura de Paz:* Estratégias, Mapas e Bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MIRAGEM, Bruno. Direito à diferença e autonomia: proteção da diversidade no direito privado em relação ao exercício individual das liberdades sexual e religiosa. In: In: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão (Coords.). Direito à Diversidade. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2015.

NEIRA, Marcos Garcia. *Ensino de Educação Física*. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

OLIVEIRA, A. R.; MOREIRA, M. A. Aspectos histórico-sociais da Educação Física. Manaus: UEA, Edições/Valer 2008.

PAULY, Evaldo Luis. O dilema epistemológico do ensino religioso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 27, p. 172-182, 2004.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso*: Construção de Uma Proposta – São Paulo; Paulinas: 2007.

PIMENTA, Selma G.; LIBÂNEO, José Carlos. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 2012.

POWERS, Scott K; HOWLEY, Edward T. *Fisiologia do Exercício*: Teoria e Aplicação ao condicionamento e desempenho. São Paulo: Manole, 2010.

PRANDI, Fernanda Rafaela. *Treinamento Funcional e Core Trainig:* Uma Revisão de Literatura. (Dissertação em Educação Física) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

PRETTE, Zilda Aparecida Pereira Del; DOMENICONI, Camila; AMARO, Livia; BENITEZ, Priscila; LAURENTI, Aline; PRETTE, Almir De. Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola. *Psicologia: teoria e prática*, v. 14, n. 1, p. 168-182, 2012.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; ROSÁRIO, Luiz Felipe Gonçalves do. Intolerância Religiosa no contexto escolar. *Revista Conexões de Saberes*, v. 3, n. 1, p. 115-133, 2019.

ROSSOW, Beatriz Baptista Tesche; ALVES, Larissa dos Santos; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. O preconceito acima de todos: racismo e relações de poder. In: NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel (Orgs.). *Representações sociais, identidade e preconceito*: estudos de psicologia social. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SALLA, Fernanda. *Ensino Religioso e escola pública*: uma relação delicada. Nova Escola: 2013.

SANTOS, Michel Ferrari Borges dos. *A configuração constitucional do Direito Fundamental à liberdade religiosa e do princípio da laicidade*: uma análise pautada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Joaçaba: Unoesc, 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico Crítica*. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA-GRIGOLETTO, Marzo Edir; BRITO, Ciro José; HEREDIA, Juan Ramon. Treinamento funcional: funcional para que e para quem? *Revista Brasileira de Cineantropometria*, v. 16, n. 6, p. 715-719, 2014.

SIMÕES, Anélia dos Santos Marvila; SALAROLI, Tatiane Pereira. O retrato da intolerância religiosa no Brasil e os meios de combatê-la. *Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões*, v. 5, n. 2, p. 411-430, 2017.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

SIMONI, Josiane Crusaro; CECCHETTI, Elcio. *Formação de docentes para o Ensino Religioso*: Desafios e perspectivas. In: MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). Ensino Religoso: Desafios e perspectivas. Florianópolis: FOGO/AMAR, 2021.

SIQUEIRA, Giseli do Prado. *O ensino religioso nas escolas públicas do Brasil*: implicações epistemológicas em um discurso conflitivo, entre a laicidade e a confessionalidade num estado republicano. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

VON, Cristina. *Cultura de paz*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PPGPCR
Faculdade Unida de Vitória

ANEXOS

Faculdade Unida

Disciplina: Educação Física

Professor: Leonardo Fantoni Guadra

Turma Mestrado: 2023/01

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

PLANO DE AULA COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO BÁSICA/ENSINO FUNDAMENTAL II.

Professor: Leonardo Fantoni Guadra
Componente Curricular: Educação Física
Série: 8° e 9º anos.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

Tema:	Brincadeiras, religião e cultura
Objetos do conhecimento:	• Brincadeiras e jogos do Brasil e do mundo. • Brincadeiras e jogos de matriz africana.
Habilidades e Competências:	**EF05HI03-** Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos. **EF05HI04-** Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, pluralidade e os direitos humanos. **EF05HI05**- Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo como conquista histórica.
Objetivos:	• Experimentar brincadeiras e jogos de matriz africana. • Reconhecer a influência da cultura por meio dos jogos e brincadeiras.

	• Conhecer as características das brincadeiras e jogos de matriz africana. • Discutir a importância do respeito à diversidade cultural brasileira. • Identificar as capacidades físicas e ações motoras nas práticas vivenciadas. • Compreender o significado das brincadeiras de matriz africana para sua cultura de origem.
Recursos Metodológicos.	Aula prática na quadra poliesportiva.
Materiais utilizados	• Giz ou fita adesiva.
Desenvolvimento da aula perspectivas interdisciplinares e lúdicas.	Este plano se propõe a proporcionar aos estudantes a oportunidade de conhecer e experimentar algumas brincadeiras de matriz africana, identificar as habilidades motoras e capacidades físicas presentes nessas práticas corporais, os materiais, as regras e os espaços nos quais são praticados. Serão também conduzidas discussões sobre a importância de se valorizar a diversidade cultural brasileira e reconhecer a influência da cultura nas brincadeiras e jogos. **Estrelas e coletores** Para desenvolvimento da atividade é conversado com os estudantes para delimitar o espaço da atividade, considerando as possibilidades estruturais da escola. No início é informado que a atividade requer um espaço para que seja traçada uma linha de saída e chegada, separadas por cinco metros, aproximadamente. Com auxílio de um giz ou fita adesiva, com o apoio dos estudantes são traçadas as marcações. Em seguida, é solicitado que a turma se divida em duas equipes, sendo que o nome de um grupo será ESTRELAS e o do outro COLETORES. As “estrelas” se posicionam na linha de saída e os “coletores” no meio do espaço definido para a atividade. O objetivo do grupo ESTRELA é alcançar a linha de chegada. O objetivo do grupo COLETOR é impedir as estrelas, interceptando seus jogadores. Toda vez que um coletor tocar em um estudante do grupo “estrela”, este jogador estará fora da atividade. Defina com os estudantes uns três ou mais “coletores” que devem ficar no meio do caminho. Para início da atividade, o grupo dos coletores deve recitar juntos: “As estrelas começam a brilhar, quantas irão à noite se aventurar?” A equipe ESTRELA deverá responder: “Mais do que você pode pegar!” Nesse momento,

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade União de Vitória – 27/08/2024.

	começa a correria animada, em que os estudantes da equipe ESTRELA saem correndo da linha de saída, tentando chegar à linha de chegada sem serem apanhados por um “coletor”. Os estudantes que forem pegos pelos “coletores” saem do jogo e realiza-se uma troca, com novos coletores assumindo a posição. Os jogadores da equipe ESTRELA que não foram pegos devem agora tentar sair da linha onde se encontram em direção a outra linha. O jogo continua, dessa forma, até que o último jogador do grupo ESTRELA – que não foi pego - seja o vencedor.
Propostas de interação com os/as alunos/as	Durante a atividade é conversado com os estudantes acerca da possibilidade de incluir variações e adaptar as regras. Por exemplo, foi indagado sobre outras formas de movimentação e alguns estudantes também foram estimulados a apresentar sugestões aos estudantes da equipe ESTRELA (que foi pego) para não ser excluído da atividade e participar desempenhando outro papel. No final em roda de conversa entender se eles compreenderam seus papéis e as regras do jogo, levando em consideração que jogos de regras envolvem aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. Novamente os alunos também são responsabilizados a serem protagonistas na organização da atividade em outros momentos também, por exemplo, favorecer e definir situações. Também é estimulado aos estudantes a incrementar a atividade, adicionando adaptações, objetos, materiais ou outras regras. Importante observar atentamente se algum estudante possui algum comprometimento que possa limitar sua participação. Nesse caso, será conversado com a turma para que proponham, juntos, alternativas para realizar a atividade.
Processo avaliativo	No decorrer da aula a participação e interação dos alunos.
Referência:	http://basenacionalcomum.mec.gov.br/

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Faculdade Unida.

Disciplina: Educação Física

Professor: Leonardo Fantoni Guadra

Turma Mestrado: 2023/01

PLANO DE AULA COMPONENTE CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA
EDUCAÇÃO BÁSICA/ENSINO FUNDAMENTAL II.

Professor: Leonardo Fantoni Guadra
Componente Curricular: Educação Física
Série: 8º e 9° anos.

Tema:	Danças do Brasil e do mundo de matriz africana.
Objetos do conhecimento:	• Danças do Brasil e do do mundo.
Habilidades e Competências:	**EF05HI03-** Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos. **EF05HI04-** Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, pluralidade e os direitos humanos. **EF05HI05**- Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo como conquista histórica.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 27/08/2023.

PPGPCR Faculdade Unida de Vitória

	EF35EF09- Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.
Objetivos:	• Experimentar atividades rítmicas, expressivas e gestuais das danças brasileiras de matriz africana. • Fruir as músicas das danças, individual e coletivamente. • Recriar danças populares de matriz africana. • Identificar os elementos constitutivos das danças de matriz africana. • Utilizar movimentos nos planos alto, médio e baixo presentes nas danças brasileiras de matriz africana. • Experimentar os elementos tempo, força, fluência e espaço, presentes nas danças brasileiras de matriz africana. • Reconhecer as diferenças entre os seus movimentos e os movimentos dos colegas. • Discutir sobre a importância do respeito às diversidades étnicas.
Recursos Metodológicos.	Aula prática na quadra poliesportiva.
Materiais utilizados	• Equipamento para reproduzir música. • Bastões de maculelê, ou garrafas pet de 1,5 litros.
Desenvolvimento da aula perspectivas interdisciplinares e lúdicas.	**Conversa inicial** Inicialmente é feita uma roda com os estudantes, foi explicado que eles entrariam em um território do conhecimento no qual se misturam elementos humanos, culturais, religiosos e políticos de povos de origens distintas, em constante recriação e renovação. Apontei o quão importante é conhecer, corporal e espiritualmente, as formas de expressão cultural da nossa complexa e bela brasilidade. Foi observado, junto à turma, o quanto a cultura africana, assim como sua força de trabalho e produção, está presente em

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

	suas vidas e em seus costumes. Percebemos como é forte a presença da cultura no ambiente ao redor, no vocabulário, nas comidas até, por fim, chegar às danças. Informei que seria estudada: maculelê. Apresentei uma imagem com as indumentárias (vestimentas) da dança. Mostrei a imagem das grimas. Indaguei sobre: *O que é uma indumentária? Vocês imaginam de onde são esses elementos? O que chamou a sua atenção nas indumentárias? Elas possibilitam a realização de movimentos? Favorecem dançar? Poderia usá-las em outras ocasiões?* Expliquei que as grimas são instrumentos de percussão feitos, tradicionalmente, de madeira, com som agudo característico. Perguntei se alguém conhece esse instrumento ou já ouviu seu som. Ampliado pelo número de participantes, as grimas promovem uma intensa ritmação. Informei também que o objetivo da aula é um encontro com a cultura africana que deve resultar em uma apresentação para a turma. Pedi que analisassem, observassem, identificassem os movimentos, gestos, ritmos, instrumentos e músicas. Foi informado que este momento da aula é rico em cultura e faz parte de um ciclo turístico, até certo ponto, folclórico, ligado ao Carnaval. Para se distanciar dessa referência distorcida e reforçar esse caráter comunitário, conversamos que o objetivo do trabalho é um encontro da turma com a cultura africana. O maculelê é uma dança dramática. Planejei os passos dessa apresentação, prevendo a participação de subgrupos autônomos para a criação coreográfica da dança, resguardando esse caráter expressivo das ações corporais. Sobre o protagonismo foi estimulado, tanto individual como coletivo. Nesse momento da aula é importante que sejam avaliadas, coletivamente, essas possíveis barreiras, bem como modos de superá-las. Há desafios que podem ser compartilhados, como, por exemplo, pensar com os estudantes em como substituir a “grima”, a partir de materiais e idéias alternativas. As garrafas pet sugeridas são de 1,5 litro para melhor manuseio. Os intensos estímulos visuais, auditivos e proprioceptivos presentes nas danças de matriz africana, bem como sua simplicidade e ludicidade, são pontes de acesso ao seu conteúdo cultural. Aqui, a experiência e a informação devem caminhar juntas.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

Atividade

1. **Explorando as grimas**

A solicitação prévia do material é indispensável para este plano. Evidentemente que o ideal seria que fosse possível contar com bastões tradicionais de maculelê, feitos de biriba (tipo de madeira), com cerca de 47cm a 50cm, confeccionados e adornados pelos próprios estudantes. É uma madeira que suporta o contato e que produz um som agudo característico. Não é recomendável que se utilize cabos de vassoura como alternativa devido a sua fragilidade e possível perigo de ferimento com bastões quebrados. A sugestão é substituir por garrafas pet, de 1,5 litro, coloridas, que podem resultar de um desejável plano interdisciplinar com as Artes Visuais e a Música.

Inicialmente sentados em roda, cada qual explora os sons possíveis de se fazer com um par de grimas. O áudio reproduzindo o som do maculelê é a paisagem sonora dessa exploração. Uma grima contra a outra, contra o solo, para frente, para cima, para os lados com os colegas. A contagem rítmica é de quatro tempos. As grimas podem ser marcadas em quaisquer deles, dentro da sua contagem ou de uma contagem combinada. Para que o pulso fique internalizado, brinque de bater as grimas nos tempos um, dois, três e quatro, alternadamente.

Explore todas essas possibilidades com o grupo ainda sentado e, aos poucos, vá levantando e explorando os planos, desde o baixo até o alto, nomeando-os enquanto reforça os aspectos rítmicos, particularmente o acento no tempo forte. Chame a atenção da turma para esses aspectos importantes, que serão a base para todo o plano à frente. Aproxime-se e recue até o centro da roda executando movimentos a partir de perguntas (*Quem consegue?*) e sugestões de movimento derivadas do protagonismo da turma. Explore as possibilidades sensoriais presentes nessa dinâmica, incentivando o grupo a que se apoiem mutuamente nessa descoberta, encontrando soluções coletivas para resolver possíveis barreiras.

stões para a inclusão de giros sincronizados, dentro do tempo e do pulso, ocupando o espaço.

Importante lembrar que barreiras podem ser superadas pela turma, enfatizando o caráter cooperativo e de construção cultural presentes nesse tipo de prática.

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação Profissional da Faculdade Unida de Vitória – 23/08/2023.

	2. **Roda de maculelê** Formando um círculo com todos em pé e com as grimas no chão. Foi pedido à turma que acompanhasse com palmas a apresentação de duplas de protagonistas. Como essa sincronização foi tramada em subgrupos tendo como base a interação de duplas, foi tratado o protagonismo dessas duplas de estudantes, apresentando suas combinações de movimentos. Assim como em uma roda de capoeira, o que valeu no momento foi a dança e a sincronia dos passos, giros, saltos com o tempo combinado pelas duplas. Informei que cada dupla poderia combinar o acento do tempo forte, conforme sua escolha. Isso enriqueceu a paisagem sonora com complexidade e beleza.
Propostas de interação com os/as alunos/as	**Momento da reflexão** Ao terminarem, todos se sentaram em duplas ou em pequenos grupos e trocaram, entre si, sensações, sentimentos e percepções. Ninguém ficou sozinho. Depois, fizemos uma grande roda na qual um representante de cada dupla ou pequeno grupo relatasse o que foi conversado nesse momento. As declarações espontâneas sobre as sensações corporais promovidas pelas danças, compartilhadas, enriquecem o cenário de aprendizagem. No entanto, foram feitas perguntas para a turma: *O que você viu, sentiu ou ouviu? Você reconhece alguma dança ou sua influência na região local? Que tipos de passos você aprendeu nesta aula? Consegue diferenciar os movimentos realizados nos planos alto, médio e baixo? Sentiu facilidade ou dificuldade em "fazer junto" a batida das grimas? Sentiu dificuldade ou facilidade para criar movimentos com o ritmo dessa dança? Quais? Consegue interpretar a marcação rítmica como um acordo coreográfico entre os participantes? Que tipo de apoio você recebeu?*
Processo avaliativo	No decorrer da aula a participação e interação dos alunos.
Referência:	http://basenacionalcomum.mec.gov.br/